

Universidade e Constituinte — o que uma tem a ver com a outra



Miguel Reale

Num futuro próximo, o país deverá ter novas regras estabelecidas com a elaboração da carta constitucional. Exatamente por isso, torna-se indispensável que os diversos segmentos da sociedade se mobilizem, para que, fortalecidos, influenciem as decisões



Guiomar Namó de Melo

dos deputados e senadores a serem eleitos no dia 15 de novembro. Como analisa o editorial da página três, a Universidade deve se incluir nesse contexto, por ser um "poderoso centro formador de opinião, capaz de contribuir

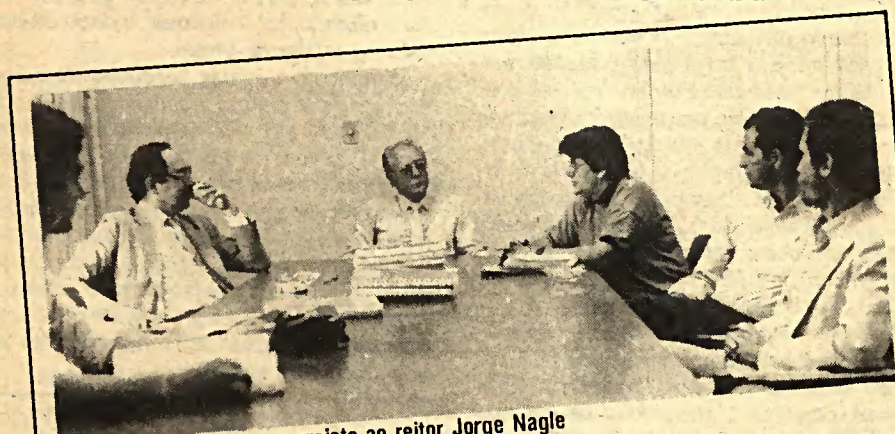


Bolívar Lamounier

efetivamente no processo constituinte". Educação, universidade e constituinte são também os enfoques principais das entrevistas nas páginas 6 e 7, com os professores Miguel Reale, jurista e ex-reitor da USP, Bolívar Lamounier,



cientista político, e Guiomar Namó de Melo, ex-Secretária Municipal de Educação de São Paulo. Veja ainda, a reprodução do texto da Comissão de Estudos Constitucionais nos capítulos sobre Educação e Ciência e Tecnologia, na página 5.



A comissão entregou o projeto ao reitor Jorge Nagle

Fazendas da UNESP produzirão alimentos

As fazendas de ensino, pesquisa e produção — três em Botucatu, uma em Jabotical e uma em Ilha Solteira — deverão ter a maior parte de suas áreas voltadas para a produção de alimentos básicos, tanto de origem vegetal como animal. É o que propõe o "Projeto de Alimentos", elaborado por uma comissão de professores, alunos e funcionários, instituída pelo reitor Jorge Nagle. O objetivo é inverter o quadro atual, em que a maior parte dos 5.174 hectares sob a responsabilidade da UNESP encontra-se em estado de subutilização. O projeto — resultado de trinta sub-projetos — prevê ainda a industrialização dos alimentos. Cinco sub-projetos estão em fase inicial de execução. (Págs. 8 e 9).

Unidades voltam a ser equipadas

Os Cz\$ 17 milhões para obras e os Cz\$ 31,5 milhões para equipamentos, referentes à suplementação orçamentária liberada pelo Governo do Estado, já estão ganhando os seus destinos. Mais verbas para obras significou a continuidade do crescimento físico da UNESP, iniciado no ano passado, enquanto a compra de equipamentos e material permanente — suspensa há seis anos — representa melhores condições de trabalho para professores e de aprendizado para alunos. Mas a questão não é só comprar: a reitoria, através da Assessoria de Planejamento, está incentivando o envio de equipamentos que estão ociosos em uma unidade para outra unidade onde seriam utilizados. (Pág. 4)

E a pesquisa, como vai?

continuam os simpósios por área (página 4)

CO ampliado dá posse a novos representantes.

os professores e funcionários eleitos estão na página 12

Um centro odontológico só para excepcionais

é a experiência do CEAO no campus de Araçatuba. Pág. 11

Eleições e pesquisa de opinião pública.

este tema é analisado por dois professores de Política (pág. 2)

Pesquisa eleitoral e formação da opinião pública

MARIA TERESA M. KERBAUY

NEY VIEIRA

Ano eleitoral. Um tema galvaniza o debate político no Brasil, despertando paixões e atenções: que relação existe entre participação, direito de informação e pesquisa de opinião?

Trata-se, como se sabe, de assunto capaz de dar margem a reflexões e análises de diferentes tipos e em diferentes níveis de abstração. Seria pertinente, por exemplo, se outro fosse o espaço, uma longa digressão de caráter filosófico sobre o próprio conceito de opinião pública — este verdadeiro "corolário das liberdades individuais" que formam o cerne da cidadania moderna, como prega a tradição liberal. Não é o que pretendemos. Nas breves linhas que se seguem, queremos tão-somente pontuar algumas questões de fundo, com a intenção de jogar um pouco de luz sobre a discussão que hoje se trava em torno da validade e do valor das sondagens eleitorais.

Acreditamos que é o caso de começar lembrando que hoje, em pleno auge da sociedade de massas, não vivemos mais, evidentemente, na clássica pólis e a "polithia" não se processa mais na ágora, com todos os cidadãos reunidos e deliberando. Exatamente por isso, o direito à informação é o fator que permite aos cidadãos — independentemente de serem lógica e historicamente desiguais — terem acesso aos "segredos" de Estado. É o que permite, em outros termos, que os negócios estatais deixem de ser (em parte ou não todo) secretos, tornem-se efetivamente públicos, isto é, expostos à publicidade.

Em nossos dias, a participação política não se dá mais de forma direta; ao contrário, depende sempre mais da informação fornecida pelos órgãos governamentais, pelos "mídia", pela escola, pela Igreja, pelos partidos e pelas demais entidades da assim chamada sociedade civil. Em decorrência, pode-se perguntar se as informações assim divulgadas não acabam por substituir a própria participação política, e em particular a participação eleitoral, já que o eleitor seria induzido a um agir político previamente condicionado pelos formadores de opinião.

Já a mais antiga análise eleitoral norte-americana, publicada em 1787, acusou pesadas controvérsias a esse respeito, havendo mesmo quem afirmasse que "a pesquisa de eleitores, antes da eleição, é uma infame e desprezível conspiração nesta gloriosa e livre república". A preocupação americana com os padrões de voto levou cada vez mais à transferência das análises para as mãos dos pesquisadores de opinião, e as pesquisas Gallup, Roper e Crossley fizeram com que técnicas mais ou menos científicas passassem a influir nas atitudes políticas a partir de meados da década de 30.

Hoje os temas do debate estão postos: há



os que criticam as pesquisas de opinião e o noticiário eleitoral por crerem que elas, regra geral, expressam os interesses de uma pequena parcela da sociedade, ou seja, daqueles que se situam nos escalões mais elevados da hierarquia social; e há os que defendem a livre divulgação dessas informações por acreditarem que, em sistemas marcados por algum tipo de competição (como é o nosso), é necessário dar voz a todos os interesses e opiniões existentes no social e pré-existentes à esfera pública.

Apresentado nesses termos, porém, o debate progride pouco. Num caso, a argumentação peca por exagero, já que pressupõe que o consenso se forma predominantemente a partir das opiniões dominantes numa dada sociedade; no outro caso, a argumentação peca por ingenuidade, já que pressupõe um público médio ideal capaz de "decodificar" por igual as informações que "circulam" no sistema político.

Na verdade, estamos aqui diante de um tema central, referente ao problema da manipulação — aquela do "poder econômico", como se costuma dizer, e aquela do poder propriamente dito. Seja qual for o tratamento que se dê à questão, acreditamos ser indispensável reconhecer que a manipulação da opinião pública não resolve necessariamente as dificuldades do poder, nem supre a falta de legitimidade de um dado regime político. Ela pode tanto fazer aumentar a satisfação como incrementar o grau de descontentamento dos governados face a seus governan-

tes. Nunca é demais lembrar, por exemplo, que o uso sistemático da censura policial ao longo de boa parte dos anos 70 não impediu o desgaste do regime autoritário brasileiro.

No caso concreto das pesquisas eleitorais, é preciso antes de mais nada saber a que público elas se referem e a que público elas se destinam. Sabemos de antemão quem as produz (e numa sociedade relativamente democrática várias forças políticas podem produzir opinião). O problema é estabelecer a quem se referem os resultados estampados em tabelas, índices e gráficos.

Os estudos eleitorais oferecem indicações objetivas, observações que são como são, que podem ser evidentemente contestadas com relação à amostragem, às técnicas adotadas, às perguntas formuladas. Não obstante isso, permitem que a discussão se desloque do plano puramente político-ideológico (com a costumeira troca de acusações recíprocas entre candidatos ou entre estes e os órgãos de divulgação, por exemplo) para um plano em que se torna possível alcançar conclusões objetivas a partir de uma série de argumentações calcadas em fatos. Muitas vezes o que as sondagens de opinião revelam não é tanto o que o eleitorado sabe mas principalmente o que não sabe; mais que suas opiniões, a sua carência de opiniões.

Quais são as motivações de voto do eleitor? Por que vota de um certo modo? A sociologia eleitoral fala em "medir posições eleitorais coletivas", deduzindo-se daí que muitos dos comportamentos do eleitor não

podem ser considerados como propriamente "seus": pertencem ao contexto ambiental (histórico, econômico, sócio-cultural, religioso) e derivam das pressões coletivas mais ou menos espontâneas, dos processos de socialização, da convivência grupal, etc. É por isso que sempre devem ser levadas em consideração as taxas de "indecisos", "não-respostas" e "não sabem" que as pesquisas apresentam e que podem, em determinados casos (como no atual processo eleitoral, por exemplo), atingir percentuais bastante elevados e suficientes para perturbar todos os prognósticos.

Também por isso, os eleitores menos qualificados para uma participação no processo da opinião pública são o alvo privilegiado dos "gerentes" eleitorais. São eles que fazem, num contexto dominado pelo consumo de massa e pelos meios de comunicação, com que os partidos políticos procurem esgotar, tanto quanto possível, o reservatório dos "indecisos", não através do esclarecimento e da educação política mas agindo como se o "indeciso" fosse um consumidor apolítico, isto é, disposto a se definir em função da mensagem mais "sugestiva", sedutora ou convincente. Ou seja: os partidos e suas organizações auxiliares acabam por ser obrigados a tentar influenciar as decisões eleitorais de modo publicitário, análogo à pressão dos comerciais televisivos sobre as decisões de compra — e disto surgem o negócio do marketing político e o uso perverso das pesquisas eleitorais, bem como os especialistas em publicidade, "neutros" em matéria de política partidária e contratados para "vender" política apoliticamente. (E, como se pode imaginar, nada mais "apolítico" do que "frias cifras estatísticas" obtidas mediante a utilização de técnicas empíricas de pesquisa de opinião.)

Bem consideradas as coisas, este é o grande segredo que o público esconde: ele nem sempre se adequa passivamente aos esquemas mercadológicos da política. Não por acaso, as "surpresas" que as urnas oferecem, quando abertas, vêm sobretudo das populações periféricas, justamente aquelas com menor acesso às informações cientificamente produzidas e mais sujeitas às informações produzidas por velucos "quentes", como o rádio, o cabo eleitoral, o dono do boteco ou a líder de favela.

Portanto, o uso das pesquisas de opinião está ligado à cultura política do povo, dela dependendo em sua intensidade e em seus efeitos. É fora de dúvida que a volução desta cultura política no sentido de uma maior politização do eleitorado depende sobremaneira do acesso que o próprio eleitorado tiver àqueles resultados. Tal acesso é, por tudo isso, decisivo; seu impacto sobre o quadro todo será sempre muito grande, ao ponto mesmo de poder influenciar e modificar as próprias pesquisas eleitorais.

Os autores são docentes da Área de Política no ILCSE, Araraquara.

unesp

Órgão da Reitoria da UNESP — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Reitor: Jorge Nagle

Vice-Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores das Unidades Universitárias: Roberto Holland, Lourival Larini, Carlos Landucci, Nilo Odália, Waldemar Saffioti, Fernando Manuel de Mendonça, Ricardo Antônio de Arruda Veiga, William Saad Hossne, Waldir Gandolfi, Neivo Luiz Zorzetto, Antônio Queiroz Salgado, Antônio Gilberto F. Fernandes, Fernando Mesquita Lara, Wanderley José de Melo, Alvanir de Figueiredo, Amilton Ferreira, Antônio Christofletti, Sylvio Simões, Marcos Alegre, Antônio Espada Filho, Alfredo João Rabaçal, José Ruy Ribeiro.

Representante docentes: José Maria Menezes Campos, Percy Sampaio Camargo, Manoel Molina Ortega, Jehud Bortolozzi e Manoel Dias Martins (titulares); Ivaldo Melito, Márcio R. G. Kavchembuck, Erler Schall Amorim, Teresa Correa Cariola e Gildo Matheus (adjuntos); José Guimarães Mello, Manoel Vitor Franco Lemos, Luís Antônio Toledo, Gerson Munhoz dos Santos e Carlos Erivany Fantinati (assistentes doutores); Fernando Dagno-Prado, Hamilton da Rosa Ferreira, Reynuncio Napoleão de Lima, Márcio Antônio Teixeira e Dib Gebara (assis-

tes); Ronele Maria de Souza Pina, Alfredo Alcântara Barreto, Antonino Kimaid, Arlêta Zelante Marryssael de Campos e Carlos Augusto Moraes (auxiliares de ensino).

Representantes discentes: Domingos Carneiro Neto, Eunice Maria Maziero, Ernesto Kenshi Carvalho Maeda, João de Castilho Caçô, Francis Werner Raimundo Staduto, Paulo Duarte Leite Prigenzi, Sandra Maria Ferreira, Bento Guerreiro Júnior.

Representantes técnico-administrativos: Nivaldo Edson de Mello, José Firmino Pereira da Silva, Francisco Inácio Pinheiro, Benedito Carlos Piveta, Ronaldo Teixeira de Oliveira, Alberto Ney Fienias Simas, Djalma Cordeiro da Silva, Ailton Campesi, Mário Yukiyasu Teruya, Luís Gonçalves Rodrigues, Sérgio Grosso.

FAESP: Misael De Túlio

FIESP: Carlos Eduardo Uchoa

FCESP: Abram Szajman

Este jornal é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura da Reitoria da UNESP. Endereço: Praça da Sé, 108, 4º andar — 01001 — São Paulo. Telefone (011) 32-7171 (ramais: 184 e 186), 32-7755.

Coordenador: Marco Aurélio Nogueira. Setor de Comunicação: José Roberto Feneira (MT 17.039, editor) e Adriana Machado (MT 16.837). Setor de Cultura: Plínio Silva Telles.

Arte: Celso Pupo

Tiragem: 15.500 exemplares.

A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.

Composição e impressão: Cia. Editora Jorúes. Rua Arthur de Azevedo 1977 (Pinheiros) — São Paulo.

A hora da universidade

Em pleno clima eleitoral contagiado pelas decisivas eleições para governadores de Estado, há um debate ausente no país. Refere-se ele à próxima Constituinte e à futura Carta que deverá reger a sociedade brasileira.

Razões conhecidas por todos impediram que se instalasse uma Assembleia Constituinte e não apenas um Congresso Constituinte. Frustrações e desacordos à parte, porém, não há nada que possa justificar o desinteresse e a impotência das forças sociais e das intuições no sentido de fazerem sentir sua força e sua voz. Nada justifica que se deixe o barco correr à deriva, sob controle exclusivo dos interesses mais conservadores ou mais poderosos. Em boa medida, o futuro já começou, em meio não só à complicada transição democrática como também à duríssima batalha que se trava em torno do caráter a ser assumido pela próxima Constituição. Exatamente por isso, torna-se indispensável que os diversos grupos sociais se mobilizem no sentido de influenciar as decisões dos futuros constituintes e de fazer com que a Carta Constitucional que deles emanará reflita, da maneira a mais aproximada possível, o atual estado da vida brasileira e seja um vigoroso passo adiante.

Isso posto, olhemos um pouco ao nosso redor. A quantas anda a participação da Universidade no processo constituinte? Que contribuição tem dado para a reversão do quadro de desinteresse e de difícil participação em que se encontra a sociedade como um todo? Atravessada por uma crise de identidade que ameaça tornar-se crônica e incapaz de alcançar uma unidade de ação em nível superior, a Universidade parece imersa em profunda letargia. Tudo nela se passa como se a sua contribuição à nova Constituição e ao desfecho do próprio processo eleitoral em curso se esgotasse nos meros votos individuais, na existência de um ou outro candidato saído de seus quadros, ou na realização de debates iniciáticos que apenas conseguem aplacar nossa "má consciência" e que não ultrapassam as portas dos salões em que se realizam. Faltam iniciativas de porte, dessas vocacionadas



para deixarem uma marca e não serem esquecidas.

Poucas instituições conseguem reunir as condições e o direito de se considerarem depositárias do saber social acumulado. A Universidade é uma delas, apesar de todos os pesares e de todas as tentativas autoritárias de desarticulá-la enquanto tal.

Exatamente por isso, grande é a sua responsabilidade na hora presente. Por ser diversa, por trazer em si uma longa tradição de enraizamento nacional e produção científica, por ser um poderoso centro formador de opinião, a Universidade pode não só fornecer diagnósticos e sugestões de alto quilate, como também dar ressonância e respaldo teórico aos grupos sociais cujas limitações estruturais dificultam — se não impedem — o alcance de uma visão globalizante da sociedade e de seus problemas.

Evidente, não lhe cabe escrever constituições ou formular visões do mundo. Ela é o locus das opções, não das decisões. E daí deriva o fundamental papel que pode desempenhar num processo complexo e sofisticado como

é o da elaboração de uma nova Constituição.

Mas como sair do marasmo e potencializar as quase heróicas iniciativas localizadas? Não se trata de considerar apenas a contribuição particular que possa dar cada um dos segmentos universitários — caso em que são preocupantes tanto a dramática paralisia do movimento estudantil, como o corte algo "corporativo" que condiciona o passo do associativismo de docentes e funcionários. Não se trata também de saber o que estão a propor ou planejar nossas "cúpulas" e poderes constituídos — caso em que, diga-se de passagem, pouco tem sido realizado, exceção feita às sistemáticas e reiteradas iniciativas do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, o CRUB. É preciso ir além disso. O decisivo, acreditamos, é explorar ao máximo e corretamente o espaço acadêmico propriamente dito, aquele que define a Universidade como instituição. Só assim parece ser possível um engajamento positivo — isto é, capaz de contribuir efetivamente — no processo constituinte.

Começemos pois por tentar superar o caráter localizado das próprias iniciativas em curso (debates e conferências, por exemplo), isto é, por tentar articulá-las em níveis cada vez mais abrangentes e completos. Façamos sair de nossas gavetas as teses acadêmicas, os esboços de artigos, as pesquisas acumuladas, com seus dados muitas vezes preciosos e seus diagnósticos muitas vezes desbravadores. No caso particular do Estado de São Paulo — onde se concentram os principais motores da produção científica nacional —, seria fascinante imaginar nossas três grandes universidades estaduais atuando coordenadamente e sem particularismos em torno da idéia de realizar um grande e duradouro seminário de estudos constitucionais, que reúna a produção dispersa, acompanhe a discussão que se fará no interior da Constituinte e coloque à disposição da sociedade e dos próprios congressistas uma massa de dados e sugestões. Idéias, propostas e diagnósticos existem de sobra, dentro e fora da Universidade. (Está aí, para ser discutido e enriquecido, o anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucional.) Do que se trata é de fazer com que o debate escape das tentações dogmatizantes, da polarização artificial e da manipulação conservadora.

Mas deixemos claro: embora não possa dispensar o conhecimento científico acumulado, uma Constituição não é obra de erudição, mas um fato político. Não é necessariamente sábia uma Constituição feita por sábios. A questão que se põe, para a Universidade, é a de saber, mais uma vez, articular ciência e política, vincular-se às grandes questões e aos grandes movimentos nacionais sem perder sua especificidade e sem querer impor-lhes a marca de sua "superioridade" intelectual. Que a política, nesse caso concreto do processo constituinte, ocupe o posto de comando. Mas a Universidade não fuja às suas responsabilidades e não desperdice seu enorme potencial.

No que estiver a seu alcance, a Unesp pode e deve comprometer-se a desempenhar um papel positivo para que isso se dê.

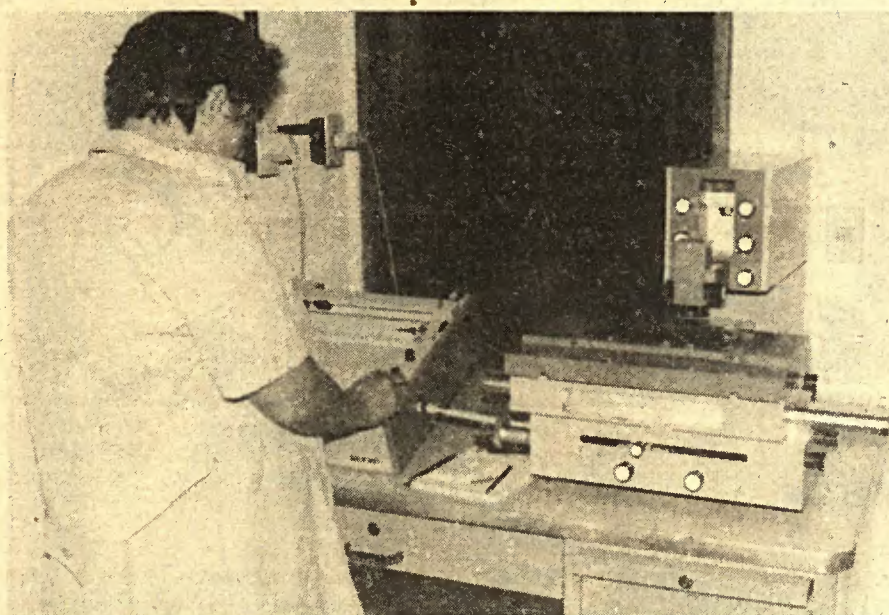
Suplementação atende prioridades

A suplementação de Cz\$ 60,2 milhões liberada pelo Governo do Estado para a Universidade no mês passado já está ganhando o seu destino: as obras (às quais foram destinados Cz\$ 17 milhões) já estão sendo licitadas pelas próprias unidades e a compra de material permanente e equipamentos (Cz\$ 18,9 milhões) se encontra na mesma situação. Se a disponibilidade de recursos para obras representa um dado significativo — pois assegura a continuidade do crescimento físico da UNESP, reiniciado no ano passado depois de cinco anos de interrupção —, a compra de equipamentos ganha um relevo ainda maior, já que, desde 1980, as verbas do Estado para este item eram tão íntimas que mal satisfaziam as necessidades de compra de livros e periódicos.

Respeitando os critérios estabelecidos pela Comissão Central de Obras (já extinta, depois de ter esgotado suas atribuições), a suplementação está sendo direcionada para as prioridades estabelecidas pelas Congregações das unidades. E os dezessete milhões de cruzados serão consumidos em 32 realizações, as mais diversas, desde a colocação de paviflex no piso das antigas instalações do biotério do IBBMA, em Botucatu, até a construção do prédio que vai o Departamento de Matemática do IGCE, em Rio Claro: da construção de uma passarela no Departamento de Clínica e Cirurgia Veterinária da FCAV, em Jaboticabal, à construção de salas de aula e laboratório didático no IPEA, em Presidente Prudente.

DEFASAGEM

A situação dos equipamentos e material permanente do ponto de vista dos recursos do Estado, em função dos anos em que praticamente não constaram do orçamento, é não só precária mas tam-



Muitos dos equipamentos da Universidade necessitam de substituição

bém apresenta uma defasagem em relação ao avanço tecnológico. As verbas disponíveis de 1980 a 1984, de tão poucas, eram aplicadas apenas na compra de livros. Em 1985, um remanejamento interno no orçamento possibilitou a aquisição de equipamentos (incluindo livros e periódicos) no valor total de Cr\$ 14,8 bilhões.

Somente agora, no entanto, com a suplementação de Cz\$ 31,5 milhões (que se somam aos Cz\$ 3,2 milhões do dotação orçamentária do início do ano) é que está sendo possível reequipar a Universidade. O convênio com a República Democrática da Alemanha — para a compra de US\$ 25 milhões em equipamentos desse país no período de 1979 a 1985 — não satisfaz plenamente; equipamentos adquiridos com verbas de agências de fomento à pesquisa normalmente não são colocados para uso na graduação uma

vez que são conseguidos individualmente por docentes.

Além disso, a falta de verbas fez também com que máquinas e aparelhos quebrados não pudessem ser consertados.

Os recursos disponíveis neste final de ano e a dotação que constará do próximo orçamento, de um lado, e a precariedade da situação, de outro, levaram o reitor Jorge Nagle a criar uma comissão (*) que vai percorrer todas as unidades e seus departamentos para estudar a situação geral de equipamentos da UNESP e apresentar um relatório final.

Paralelamente a isso, a Assessoria de Planejamento e Orçamento, através do professor Oduvaldo Vendrameto e de Toshio Kudo, percorreu a Universidade para, junto de diretores e professores, estabelecer as prioridades para as compras deste ano, principalmente porque existem pontos críticos em algumas uni-

dades. Por exemplo o Departamento de Tecnologia de Produtos Agropecuários, da Faculdade de Ciências Agrônômicas de Botucatu, não dispõe de equipamentos para o processamento de carne e leite o que prejudica as aulas práticas; o professor Celso Graner Fessel, do Instituto de Química de Araraquara, espera há quatro anos por um espectrofotômetro de absorção atômica, fundamental enquanto equipamento básico; o Departamento de Física e Química do IBILCE, de São José do Rio Preto, praticamente não conta com material didático, o mesmo acontecendo com o de Engenharia Civil, do campus de Guaratinguetá.

A compra dos equipamentos para eliminar esses pontos críticos está sendo providenciada, o mesmo acontecendo com material permanente. Nete item, a APLO decidiu centralizar compras para toda a Universidade (no caso de grandes quantidades, como por exemplo 290 es- crivaninhas, 110 arquivos de aço, 137 máquinas de escrever, 29 projetores de slides) o que resultará em melhores preços.

Por outro lado, as visitas de Oduvaldo o Toshio possibilitaram a verificação de que algumas unidades têm equipamentos que não estão sendo utilizados. E a proposta da reitoria é que esses equipamentos sejam cedidos para outras unidades. Assim, seis estereoscópios de espelho foram doados pelo IBILCE ao IGCE; a Faculdade de Odontologia de São José dos Campos passou para a Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá um microscópio metalúrgico Neophote, e o IBILCE recebeu da FHDSS, de Franca, um sistema de áudio que estava sem uso há 8 anos.

(*) Professores João Cesar Bedran de Castro (FO-Araçatuba), Manoel Victor Franco Lemos (FCAV-Jaboticabal), Paulo Yamamura (Fatec-SP), Roberto Sogayar (IBBMA-Botucatu) e Vagner José Oliveira (Fe-Guaratinguetá)

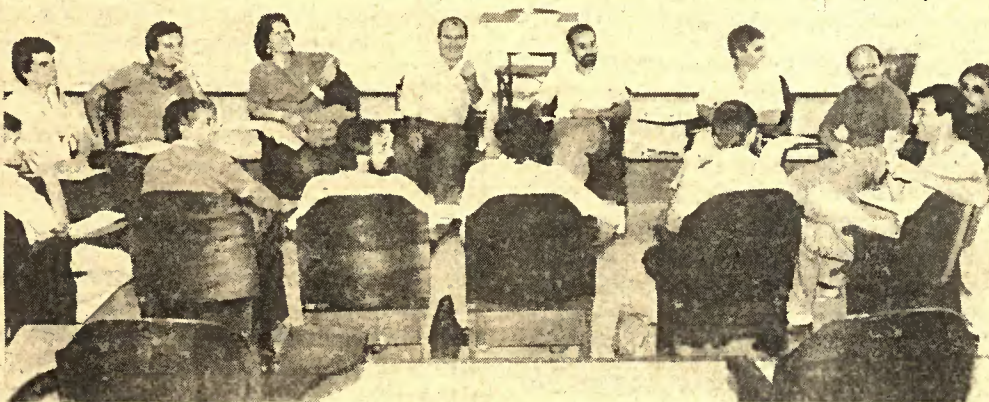
Exatas e Tecnologia tiveram seu I Simpósio

Letras-Artes e Saúde, as próximas áreas

Foi realizado no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) — campus de São José do Rio Preto, de 17 a 19 de setembro, o I Simpósio de Ciências Exatas e Tecnologia da UNESP, que contou com a participação de 148 professores de dez campus: Araraquara, Ilha Solteira, Presidente Prudente, Guaratinguetá, Sorocaba, São Paulo, Rio Claro, Jaboticabal, Botucatu e São José do Rio Preto.

Os objetivos do Simpósio — promover o encontro de pesquisadores, discutir o estado atual das atividades de pesquisa, diagnosticar seus principais problemas e discutir estratégias mais eficientes para o desenvolvimento global da área — foram plenamente atingidos, segundo avaliação da comissão de docentes que organizou o evento.

A abertura do Simpósio contou com a participação do vice-reitor, professor Paulo Landim, que proferiu palestra sobre “Política em Ciências Exatas e Tecnologia na UNESP”. Da mesa redonda que discutiu “Investimento em Ciência e Tecnologia no Brasil” participaram Alberto Carvalho da Silva, presidente do Conselho Técnico-Administrativo da Fapesp; Flávio Fava de Moraes, diretor científico da Fapesp; Elizabeth Araújo, da Promocet; Hélio Gonzaga de Siqueira, do Banco do Brasil, e Hermione Bicudo, presidente da Comissão de Projetos Especiais da UNESP.



Um grupo de trabalho reunido durante o simpósio em São José do Rio Preto

Os 148 participantes se dividiram em 14 grupos de trabalho, definidos em função de igual número de sub-áreas: Física Aplicada, Física Teórica, Ensino de Física e Matemática, Álgebra, Análise Matemática, Geometria e Topologia, Matemática Aplicada, Informática, Estatística; Química, Geociências, Engenharia Civil e Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia de Alimentos. E as discussões estiveram direcionadas para a avaliação das pesquisas que estão sendo realizadas, condições atuais e perspectivas em cada uma dessas sub-áreas na UNESP, possibilidade de

entrosamento entre pesquisadores e a pós-graduação como incentivo à pesquisa.

As conclusões dos grupos foram relatadas e discutidas em reunião plenária, no encerramento, que contou com a presença do reitor, professor Jorge Nagle. A síntese dos problemas e das propostas de soluções apresentadas será divulgada nos anais do Simpósio, a ser futuramente publicado.

Paralelamente, foram realizadas atividades culturais: exposição de desenhos de Henrique Smith, exposição histórico-documental “Memórias de São José do Rio Preto” e apresentação do Grupo de Percussão do IAP.

“Letras e Artes” e “Ciências da Saúde” são os dois próximos simpósios reunindo pesquisadores da UNESP. O primeiro, no campus de Assis, será realizado de 15 a 17 deste mês, com o seguinte programa: dia 15 — 20 h, abertura; 20h30, mesa redonda. “O curso de pós-graduação em Letras da UNESP”. Dia 16 — 8h30, sessão plenária “Condições de pesquisa na UNESP: problemas e soluções”; 14h, grupos de trabalho “A questão do ensino de Letras na graduação”; 21h, atividade cultural. Dia 17 — 8h30, comunicações de pesquisas; 14h, grupos de trabalho “Situação atual da pesquisa na UNESP, nas áreas de Linguística, Literatura e Artes”; 18h, encerramento.

A programação do simpósio de Ciências da Saúde, de 6 a 8 de novembro, em Araçatuba, é a seguinte: dia 8, à tarde, recepção; à noite, conferência “Contribuição da FAPESP e da UNESP na área de Saúde no Estado de São Paulo”, pelo professor Flávio Fava de Moraes. Dia 7, de manhã e à tarde, apresentação de linhas de pesquisas; à noite, conferência “A política de Saúde no Brasil”, pelo professor Eugênio Villaça. Dia 8, pela manhã, reunião plenária para avaliação e conclusões finais.

Constituinte

Que a realização da Constituinte é um fato importante para a nação parece ser uma opinião de consenso. O problema, então, é fazer com que a opinião sirva de base para a ação, para a geração de fatos que possam ser traduzidos não só em contribuição para o processo constitucional mas também para que a futura Carta encampe os fortes anseios das populações e assegure os progressos sociais, econômicos e políticos dignos das potencialidades do Brasil.

Para contribuir nessa direção, o **Jornal da UNESP** preparou um painel de opiniões a respeito das ligações entre Constituinte, universidade, educação e ciência e tecnologia — temas que não podem ser ignorados pela academia —, através das opiniões de três personagens que não se furtam em representar seus papéis neste grande cenário real que é a sociedade brasileira.

Miguel Reale, jurista e ex-reitor da USP em 1949-50 e 1969-73; Guiomar Namo de Melo, educadora, ex-secretária da Educação do município de São Paulo e candidata a deputada estadual pelo PMDB; e Bolivar Lamounier, cientista político e diretor-presidente do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP), são os entrevistados nesta edição (veja páginas 6 e 7).

Como ponto de referência para as entrevistas, o **"Jornal da UNESP"** se valeu do texto elaborado pela Comissão de Estudos Constitucionais, instituída pelo presidente José Sarney em 19 de julho de 1985 e que trabalhou durante exatos quatorze meses. Da comissão fizeram parte dois dos entrevistados — Miguel Reale e Bolivar Lamounier — e as propostas para educação e ciência e tecnologia são transcritas abaixo.

Garantias à educação e à escola privada. C & T aparecem.

Capítulo I DA EDUCAÇÃO

Art. 384. A educação, direito de todos e dever do Estado, visa ao pleno desenvolvimento da pessoa e à formação do cidadão, para o aprimoramento da democracia, dos direitos humanos, da convivência solidária a serviço de uma sociedade justa e livre.

Parágrafo único. A educação é inseparável dos princípios da igualdade entre o homem e a mulher, do repúdio a todas as formas de racismo e de discriminação, do respeito à natureza e aos valores do trabalho, dos imperativos do desenvolvimento nacional, da convivência com todos os povos, da afirmação das características mestiças e do pluralismo cultural do povo brasileiro.

Art. 385. O sistema de educação obedece às seguintes diretrizes:

I — democratização do acesso de toda coletividade aos benefícios da educação;

II — pluralismo de idéias e de instituições públicas e privadas;

III — descentralização da educação pública, cabendo, prioritariamente, aos Estados e Municípios o ensino básico obrigatório, nos termos do art. 387 deste Capítulo;

IV — participação adequada, na forma da lei, de todos os integrantes do processo educacional nas suas decisões;

V — adequação aos valores e às condições regionais e locais;

VI — garantia da educação permanente, supletiva, e de alfabetização para todos;

VII — valorização do magistério em todos os níveis, com garantia de padrões mínimos de remuneração fixados em lei federal;

VIII — superação da marginalidade social e econômica.

Art. 386. A educação é dever dos pais e, desde o nível pré-escolar, do Estado.

Parágrafo único. Inclui-se na responsabilidade do Estado a educação, especializada e gratuita, dos portadores de deficiências físicas e mentais.

Art. 387. O ensino é obrigatório para todos, dos 6 aos 16 anos, e incluirá a habilitação para o exercício de uma atividade profissional.

Parágrafo único. O ensino primário será ministrado em português, exceto nas comunidades indígenas, onde também será lecionado em língua nativa.

Art. 388. A União aplicará anualmente não menos de 13%, os Estados, o Distrito Federal e Municípios, no mínimo 25% do que lhes couber do produto da arrecadação dos respectivos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino, realizado em obediência às diretrizes do Art. 385.

§ 1º A repartição de recursos públicos para a educação assegurará prioritariamente o atendimento das necessidades do ensino obrigatório.

§ 2º Lei complementar determinará, plurianualmente, o percentual de recursos da União, do Distrito Federal e dos Estados aplicados a este fim.

§ 3º Os Municípios aplicarão não menos de 25% de seus impostos no ensino obrigatório e pré-escolar.

Art. 389. A prestação pluralista do ensino é assegurada pela autonomia institucional e a auto-organização do ensino público e pela livre organização da iniciativa privada.

Parágrafo único. As universidades organizadas sob forma de autarquia ou de fundação especial terão reconhecidas a sua autonomia funcional didática, econômica e financeira, caracterizada na elaboração de seu orçamento e na fixação das normas necessárias à sua livre execução.

Art. 390. O acesso ao processo educacional é assegurado:

I — pela gratuidade do ensino público em todos os níveis;

II — pela adoção de um sistema de admissão nos estabelecimentos de ensino público que, na forma da lei, confira a candidatos economicamente carentes, desde que habilitados, prioridade de acesso, até o limite de 50% das vagas;

III — pela expansão desta gratuidade, mediante sistema de bolsas de estudos, sempre dentro da prova de carência econômica de seus beneficiários;

IV — pelo auxílio suplementar ao estudante para alimentação, transporte e vestuário, caso a simples gratuidade de ensino não permita, comprovadamente, que venha a continuar seu aprendizado;

V — pela manutenção da obrigatoriedade de as empresas comerciais, industriais e agrícolas garantirem ensino gratuito para os seus empregados, e filhos destes, entre os 6 e 16 anos de idade,

ou concorrer para esse fim, mediante a contribuição do salário educacional na forma estabelecida pela lei;

VI — pela criação complementar à rede municipal de escolas de promoção popular, capazes de assegurar efetivas condições de acesso à educação de toda a coletividade.

Art. 391. A lei regulará a transferência de recursos públicos ao ensino privado a todos que a solicitem, dentro de quantitativos previamente estabelecidos, e obedecendo a processo classificatório, tendo em vista:

I — a contribuição inovadora da instituição para o ensino e pesquisa;

II — o suprimento de deficiências qualitativas ou quantitativas do ensino público;

III — a participação de representantes da comunidade nas decisões da instituição beneficiada;

IV — o interesse comunitário da sua atividade.

Parágrafo único. Têm prioridade na atribuição desses recursos as instituições de interesse social, reconhecidas pelos poderes públicos, e capazes de compensar, progressivamente, com recursos alternativos, o auxílio recebido pelo Estado.

Art. 392. O provimento dos cargos iniciais e finais da carreira do magistério de grau médio e superior de ensino oficial será efetivado mediante concursos públicos de títulos e provas, assegurada a estabilidade seja qual for o seu regime jurídico.

§ 1º A lei e os estatutos da Universidade proveerão a aposentadoria antecipada nos casos de manifesta ineficiência acadêmica de titular da estabilidade.

§ 2º É assegurada a inviolabilidade de docência e declarada nula a dispensa que se fala apenas pela divergência de opiniões, independentemente de tempo de serviço.

Art. 393. Será facultativo o ensino religioso nas escolas oficiais, sem constituir matéria do currículo.

Parágrafo único. Defere-se aos alunos, ou a seus representantes legais, o direito de exigir a prestação daquele ensino, no horário e programa escolar, de acordo com a confissão religiosa dos interessados.

Art. 394. Os direitos, deveres e garantias do cidadão e os provindos do Estado Democrático de

Direito constituirão matéria curricular obrigatória, em todos os níveis de educação.

Capítulo IV DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Art. 404. Cabe ao Estado, sem prejuízo da iniciativa privada, prover ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, na forma da lei, com o estímulo à pesquisa, à disseminação do saber e ao domínio e aproveitamento adequado do patrimônio universal de inovações.

Art. 405. Competem ao Estado o estímulo e a orientação do desenvolvimento tecnológico, obedecendo aos seguintes princípios:

I — incentivo a universidades, centros de pesquisa e indústrias nacionais, com a destinação dos recursos necessários;

II — integração no mercado e no processo de produção nacional;

III — subordinação às necessidades sociais, econômicas, políticas e culturais dando-se prioridade ao esforço para a completa incorporação dos marginalizados na sociedade moderna;

IV — respeito às características sociais e culturais do País e plena utilização de seus recursos humanos e materiais;

V — reserva do mercado interno nos casos em que a exija o desenvolvimento econômico e tecnológico.

§ 1º As empresas que atuem em setores industriais dependentes de processos tecnológicos de contínua atualização são obrigadas a investir em pesquisas, na forma que a lei estabelecer, incorporando-se o conhecimento que delas resulte no patrimônio nacional.

§ 2º As empresas estatais e de economia mista aplicarão não menos do que cinco por cento dos seus lucros, através de fundo específico, no desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Art. 406. Os Poderes Públicos utilizarão, preferencialmente, bens e serviços nacionais, na área da informática, observados os critérios legais que assegurem adequação tecnológica e econômica aos objetivos visados.

Parágrafo único. É vedada a transferência de informações para centrais estrangeiras de armazenamento e processamento, salvo nos casos previstos em tratados e convenções, com cláusulas de reciprocidade.

Reale afirma que “o país não poderá prescindir da escola particular”

Que balanço faz o sr. da Comissão de Estudos Constitucionais? Acredita, por exemplo, que ela deu a devida ênfase à questão educacional?

A Comissão não se preocupou em fazer uma Constituição prévia e sistemática, mas sim um trabalho amplo, capaz de abranger vasta gama de temas constitucionais. Uma Constituição, evidentemente, não pode ter essa estrutura. Ela deve ser, não digo enxuta, mas o mais possível sintética, ficando com aquilo que possa ser objeto de análise por parte do legislador ordinário. Se assim não for, acaba por se converter numa Constituição de bloqueio, não num ponto de partida, com a consequência de produzir o que costumamos chamar de totalitarismo normativo.

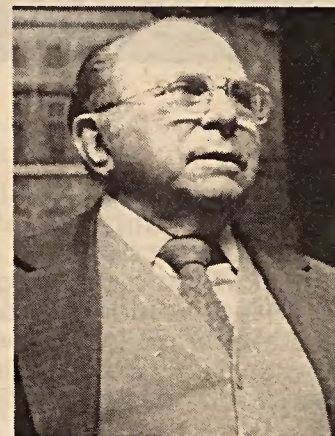
No que se refere propriamente à educação, o anteprojeto é igualmente amplo. Há dois capítulos inteiros dedicados a Educação e Cultura, ampliando ainda mais aquilo já existente na atual Constituição. Nossa preocupação, na verdade, foi fixar um princípio diretor, substantivado no artigo 384 (ver texto do anteprojeto na página anterior). Parece-me ser este um artigo fundamental, na medida em que afasta a idéia da educação puramente científica, artística ou literária e visa, acima de tudo, a educação integral em sua plenitude. Deste ponto de vista, o parágrafo único que a ele se segue é bastante esclarecedor. Trata-se de um conceito amplo, vastíssimo, que permitirá à Assembléia Constituinte fazer opções.

Existe uma vertente crítica que acusa a Comissão de ter feito um trabalho muito socializante. Mas, no caso da educação, o projeto prescreve que o Estado deve carrear recursos para instituições privadas de ensino. Como interpretar isso?

Não há diferenças substanciais. Não houve um princípio rígido articulando os diversos capítulos: existem capítulos mais estatizantes e capítulos mais socializantes. O grave, a meu ver, é que esses dois princípios coexistem — socializar-se e estatizar-se ao mesmo tempo. A palavra socializar, aliás, é muito perigosa, pois muitas vezes é usada como sinônimo de estatizar e outras vezes no sentido correto de tornar partícipes todos os indivíduos na fruição de um dado bem social. No capítulo da educação esses dois sentidos se encontram e, em certa medida, se chocam. Há inclusive uma exagerada preocupação com o social em certos casos, como, por exemplo, quando se pretende a reserva de 50% das vagas nas universidades oficiais para os indivíduos carentes.

E o que o senhor pensa a respeito disso?

Considero essa tese utópica e errada, porque implicaria um verdadeiro aniquilamento dos valores universitários. A universidade, muito embora deva estar ao alcance de todos, não pode atingir esse desiderato ao custo de seu nível. Não me parece ser uma solução razoável substituir o vestibular pelo atestado de pobreza. O que o Estado deveria fazer é ir ao encontro do indivíduo que não tenha condições econômicas mas tenha condições intelectuais e dar-lhe meios para o acesso à universidade. O que é bem diferente da postura que vê a universidade apenas e tão-so-



mente pela preocupação com o maior número. Isso seria destruir o espírito da reforma universitária, fundada em dois princípios correlatos: o número determinado de alunos e a frequência obrigatória.

E quanto à possibilidade de o Estado repassar recursos para instituições privadas de ensino?

Nesse ponto, acho que a solução dada pela Comissão é altamente louvável. Sou contra os que acham que as instituições particulares devem ser colocadas num segundo plano. A realidade está aí demonstrando que não é assim. A realidade brasileira é eminentemente pluralista e não podemos pretender, para uma sociedade plural, uma resposta monocórdica unilateral. A opção feita pela Comissão, repito, me parece louvável nesse ponto: ela preserva as universidades públicas, assegurando-lhes aliás plena autonomia econômica e financeira, mas ao mesmo tempo reconhece que, durante muitos e muitos anos, o Brasil não poderá prescindir da escola universitária particular, que realiza hoje perto de 60% da tarefa do ensino. Na verdade, estamos aqui diante duma alternativa: ou reconhecemos esse pluralismo ou o negamos. O problema é que, para negá-lo, seria necessário federalizar as escolas atuais, com o grande risco, primeiro, de se federalizar instituições de baixa qualidade e, segundo, de se ter que fazer um investimento econômico insuportável para o país.

Creio que o mais normal, assim, será o Estado agir como uma espécie de árbitro ou fiscal, fornecendo em caráter complementar os recursos indispensáveis para as universidades que efetivamente realizem uma tarefa de ensino grande. A escola pública pode perfeitamente conviver ao lado da escola particular; o que importa é o nível. Já foi-se o tempo em que se brigava tanto por causa da escola pública.

O sr. acredita que está reservado algum papel à universidade no atual processo constituinte?

É evidente que a universidade não pode deixar de debater os assuntos que lhe interessam e os assuntos em geral. Creio, porém, que está havendo um pouco de exagero em matéria de estudo e de Assembléia Constituinte. Estamos caindo numa verdadeira “constitucionalite”, como se todo brasileiro tivesse que se converter num elaborador da Constituição, o que é evidentemente um absurdo. Já é inédito o fato de ter havido um debate tão longo, com a participação do homem comum, das entidades culturais, dos institutos científicos e assim por diante. O Congresso não chegará apenas um anteprojeto de Constituição, mas um imenso conjunto de sugestões que, certamente, nem poderão ser apreciadas com rigor e atenção.

Mas uma das funções da universidade é discutir esse anteprojeto, não é mesmo? Isso para que, no mínimo, a Assembléia Constituinte possa verificar qual é a opinião da universidade sobre si mesma. Afinal, nós aqui fizemos uma proposta de programa universitário. Quem é fanático pelo Estado — e eu tenho pena deles — não estará de acordo com a solução dada, porque quer endossar a escola pública. Mas se a universidade, ao contrário é partidária de uma opção pluralista, deve dizê-lo, porque assim preparará o caminho para as opções da própria Constituinte. Está aqui, aliás, a função maior da Comissão de Estudos Constitucionais, a cujo produto final faço muitas reservas mas a cujo mérito essencial não posso contestar: qual seja, o de ter oferecido uma ampla proposta de temas para debate e o de permitir uma filtragem crítica, a ser feita primeiro pela sociedade e, depois, pela Assembléia Nacional Constituinte.

Guimaraes: “melhor ensino vai decorrer de um Estado mais democrático”.

As propostas da Comissão de Estudos Constitucionais vão ao encontro das necessidades de um sistema educacional que o país necessita?

Necessitamos de uma reforma da educação e isso demandará recursos, vontade política, competência profissional, que certamente não ficam garantidas por um texto constitucional mas poderiam ser facilitadas na medida em que alguns mecanismos tivessem assegurados ao nível da Constituição, fora do capítulo da educação. Reforma tributária, sentido social da propriedade e uma série de outras coisas que são fundamentais para a melhoria das condições de vida e que, portanto, viabilizasse uma reforma educacional. O trabalho da comissão me parece até avançado no que diz respeito à área econômica, à condição feminina e outros aspectos da vida social na Nação mas, espantosamente, surpreendentemente, o que ela contempla na área de educação é incompatível com o enfoque mais amplo do texto. Ou seja, o texto foi acusado de socializante mas no que se refere à educação ele acentua o caráter privatista. Eu não quero simplesmente estatizar a educação num Estado antidemocrático como é o Brasil hoje, mas se a Constituinte visará exatamente reorganizar e democratizar o Estado, então, nesse caso, esse Estado, novamente apropriado pelo conjunto da população, seria aquele que deveria estar com os recursos públicos para oferecer à educação pública. Qualquer mecanismo que contemple a passagem de recursos públicos para o ensino privado, seja sob a argumentação tecnocrática de que o Estado é incompetente, é ineficiente, seja sob a argumentação supostamente progressista de que ele é dominado por interesses escusos e dominantes, a Constituinte, na realidade estará abrindo mão de uma luta que se trava dentro do aparelho de Estado, pela participação da sociedade na gestão pública, pelo fortalecimento então desta sociedade, e isto, ao meu ver, é um atraso do ponto de vista da educação.

Tudo bem, mas o Brasil paga 2,8 professores para cada vaga no ensino fundamental e a gente sabe que na escola, na sala de aula, a proporção professor / aluno não é essa...

Mas a minha luta passa por essa questão, o que implica mexer em interesses de pessoas poderosas que estão encasteladas no aparelho do Estado. Essa falsa proporção existe por causa dos afastamentos de professores conseguidos por políticos, pelas licenças médicas, etc. Sou defensora contundente de que recursos públicos têm que ir para as escolas administradas pelo poder público, mas sou contundente também no reconhecimento de que é urgente reorganizar o poder público. Então, minha luta para defender recursos públicos para a escola pública tem que ser tão grande quanto minha luta pela redemocratização do Estado, caso contrário não tenho credibilidade. O melhor ensino vai decorrer de um Estado mais democrático, ao contrário do que o regime autoritário fez com a educação.

A convivência do ensino público com o privado



assegura a pluralidade que é uma característica da sociedade capitalista. Como você alteraria essa convivência numa sociedade que continua capitalista?

Estou plenamente de acordo: a iniciativa privada garante a pluralidade, mas é preciso que o ensino particular tenha competitividade para sobreviver às custas de seus próprios recursos. E mais: pluralidade não é apenas assegurar a existência da escola privada. A pluralidade tem que ser garantida também dentro do próprio sistema público, através da autonomia das instituições públicas de ensino em termos delas terem o seu próprio plano de trabalho e modelo pedagógico. Obedecidas as diretrizes gerais traçadas para toda a Nação ou todo o Estado, ela é tão importante quanto a autonomia da universidade porque tem a mesma natureza do ponto de vista operacional e filosófico.

Cada um dos três níveis de ensino funciona isoladamente dos demais, o que parece ser um erro. Você não acha que deveria haver uma atuação articulada que pensasse o sistema de ensino sem dissociar o primário do universitário e estes do secundário?

Espero que isso seja possível, porque do contrário não resolveremos o problema da crise da educação. Uma política nacional não é apenas aquela que pensa a educação no âmbito dos problemas do país, mas que pensa a educação na sua totalidade, ou seja, nos diferentes graus de ensino.

De um lado, os partidos políticos não discutem a educação; de outro, as escolas privadas — ou parte delas — estão articuladas; no meio está em jogo uma série de interesses, bons ou maus. A educação não está sendo vítima do corporativismo?

É exatamente isso, quer dizer, a educação é a primeira pobre da discussão política. Sempre foi. É exatamente por ser um campo onde a discussão política passa muito pela corporação, seja a corporação dos interesses privatistas, seja a corporação do sindicalismo estreito do magistério, a educação é vulnerável e grandes concessões acabam sendo feitas. No projeto da Comissão de Estudos Constitucionais isso fica claro; a busca de uma sociedade mais democrática está muito mais evidente em outros capítulos do que no capítulo da educação.

A obrigatoriedade dos 6 aos 16 anos, como propõe a Comissão, não significaria um avanço?

Não sei por que a Comissão propôs isso. Acho que nós teríamos, antes de qualquer coisa, que nos bater para tornar realidade os oito anos de escolaridade obrigatória, como prevê a lei hoje.

Você acha que a Constituinte vai encaminhar bem as questões da educação?

A educação é uma área onde a questão política e a questão técnica estão muito embricadas. Não há detalhe técnico na educação que não tenha aspectos políticos ou invessamente, e temo que os constituintes não dominem corretamente este nó de dois cordões. Tenho dedicado muito do meu trabalho em conversar com candidatos à Constituinte, tentando mostrar que o debate constitucional tem que ser analítico por causa dessa profunda embricação entre o técnico e o político.

Para Bolivar, “a universidade não está suficientemente mobilizada”

Como o sr. avalia o capítulo referente à Educação do anteprojeto da Comissão de Estudos Constitucionais?

Tenho a impressão que a Comissão acertou ao insistir num dever do Estado de prover a educação pública e gratuita até aos dezesseis anos, posicionando-se em favor da real universalização do ensino no Brasil e dando prioridade a esse setor. Mas creio que, ao cuidar da relação entre o ensino público e o ensino privado e da democratização do acesso à universidade, optou por soluções que são bastante discutíveis. Entendo por exemplo que os recursos públicos devem ser destinados prioritariamente para o ensino público e isso não está suficientemente claro no texto. Não quero com isso dizer que não deva existir ensino privado (na Comissão, aliás, inexistia essa posição); num país subdesenvolvido como ainda é o nosso, é preciso mobilizar todos os recursos humanos possíveis e a empresa privada é uma forma de mobilizar recursos. Não se trata pois de assumir uma posição dogmática em relação ao ensino público, mas de reconhecer que, sendo escassos os recursos públicos, deve haver uma regra mais estrita a respeito do seu uso.

Também discordo do tratamento dado à questão da democratização do ensino universitário. A Comissão optou pela solução de eliminar vestibulares e reservar 50% das vagas para alunos carentes. A interpretação exata a ser dada a esse dispositivo não é entretanto clara. Embora seja uma solução atraente e generosa (cuja intenção são certamente as melhores possíveis), tenho dúvidas sobre a sua exequibilidade. Acho inclusive que as autoridades universitárias devem meditar a respeito e se pronunciar, antes que a Constituinte se reúna. Entre outras coisas, me pergunto: como faremos para saber quais os carentes, entre os milhões existentes, que irão preencher as vagas reservadas? Teremos que chegar a uma redução seletiva, e aí se mostra o absurdo da proposta. A democratização, afinal, não é apenas uma questão de abrir indiscriminadamente as portas. É preciso buscar um equilíbrio muito delicado entre, de um lado, a ampliação do acesso e, de outro, a garantia da qualidade de ensino e a melhor utilização possível dos equipamentos universitários. A solução portanto é bastante complexa; não podemos cair no populismo.

Façamos agora um pequeno exercício de futurologia. Instalada a Constituinte, será possível modificar esses aspectos referentes à Educação?

Não só possível como desejável. O texto não vincula a Constituinte, apenas oferece sugestões. No início dos trabalhos da Comissão, aliás, temia-se que ela acabasse por condicionar o trabalho da Constituinte e limitar-lhe a soberania. Hoje, vê-se que o problema é exatamente o contrário: a Comissão procurou fazer um trabalho honesto, metódico, repleto de idéias e sugestões, e hoje é preciso lutar para fazer com que a Constituinte leve a sério esse trabalho, não o descarte ou o banalize. Se ela assim proceder, com a composição possivelmente conservadora que deverá ter, acabaremos por ter uma Constituição realmente ruim. Precisamos pois valorizar o trabalho da Comissão, que é um trabalho voltado para



o social e para o crescimento econômico, sem utopias messiânicas. Ele não tem uma concepção fantasiosa da propriedade no planejamento econômico e defende, no plano institucional, a idéia de um sistema político que tenha estabilidade, que consolide a democracia e o pluralismo mas que também tenha a capacidade de empreender reformas sociais.

A ciência e a tecnologia merecem um capítulo à parte no texto da Comissão. Que avaliação você faz disso?

Tenho a impressão de que conseguimos, nesse setor, um avanço considerável. O anteprojeto estabelece claramente o dever do poder público de estimular a tecnologia nacional, a tecnologia adaptada às condições do desenvolvimento do país. Abriu-se ali uma senda nova, pois assuntos que eram simplesmente omitidos nas Constituições anteriores encontraram agora uma formulação explícita. Outro bom exemplo disso seria o da área do meio ambiente: o projeto reconhece que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e sadio, e que é dever do Estado promover a criação desse meio ambiente, elaborando os planos adequados e criminalizando a atividade predatória.

E quanto à Universidade? Que papel ela pode ter, como instituição e como comunidade, nesse processo constituinte já em curso?

Creio que a Universidade ainda não despertou para o problema. A comunidade universitária não está suficientemente mobilizada mas, ao contrário, está bastante desatenta, sem levar na justa conta o próprio processo eleitoral em curso, onde se trava uma verdadeira batalha marcada pela presença de um poder econômico avassalador e de um viés conservador bastante encorpado. Não sei se estou sendo severo demais, mas tenho a impressão que a Universidade ainda não encontrou um modo de agir, talvez por estar sentindo muito o efeito paralisante que sobre ela exerce a divisão partidária. A Universidade só sabe agir ativamente em períodos de unanimidade.

Quer dizer, suprapartidariamente?

Sim, suprapartidariamente. Acho que ela está encontrando dificuldades nesse momento. Mas agora, porém, estamos a seis semanas das eleições e não podemos ficar chorando o leite derramado. A questão é saber se, logo depois, no período da discussão de teses, de oferecimento de novas sugestões, irá se afirmar a indispensável presença das universidades, da comunidade científica, da SBPC e das associações específicas de cada setor.

O que pode ser feito para que essas dificuldades sejam superadas?

Creio que existem duas maneiras básicas através das quais a Universidade pode agir. De um lado, ela pode oferecer novas teses e sugestões. De outro, pode ajudar a calibrar o debate — um debate, diga-se de passagem que está sendo polarizado de maneira algo histórica pela imprensa conservadora, com a nítida intenção de passar a impressão de que se trata de um projeto “bolchevique”... O que existe no texto é apenas o indispensável e acho que a Universidade pode colaborar de maneira bem criativa, fazendo inclusive com que o debate não seja polarizado dogmaticamente. Na medida em que é capaz de realizar análises mais competentes, a Universidade pode também mostrar à população a importância em si da mudança constitucional, mostrar, enfim, que uma nova Constituição, uma vez promulgada, desencadeia uma vasta reformulação legal que toca em todos os interesses sociais. Teremos um grande avanço político se a Constituinte puder ser aproveitada nesse sentido.

Fazendas produzirão alimentos

Efetivar a produção agrícola e pecuária nas Fazendas de Ensino, Pesquisa e Produção (FEPPs) da UNESP, considerando não apenas a obtenção do produto *in natura*, mas também o desenvolvimento de processos tecnológicos adequados à sua transformação industrial.

Estes são os objetivos do projeto "Produção de Alimentos", elaborado por uma comissão de professores, funcionários e alunos (*), nomeada pelo reitor Jorge Nagle em março do ano passado com a finalidade de apresentar uma proposta visando a utilização das fazendas de propriedade da Universidade. Principalmente as do campus de Botucatu (fazendas Lageado, Edgárdia e São Manoel) e de Ilha Solteira, já que a de Jaboticabal é a única que vem sendo ocupada satisfatoriamente em toda sua extensão (veja matéria na página ao lado).

E a intenção é utilizar os alimentos a serem produzidos nos restaurantes universitários, Hospital das Clínicas, creches, cooperativas de consumo e hospitais veterinários (estes, com subprodutos), além de atender a determinados programas de abastecimento a nível dos poderes públicos municipais e estadual.

ANSEIO

A melhor utilização das FEPPs vinha sendo discutida por professores há vários anos. E esse ano foi encampado pela atual Reitoria, com a perspectiva não só de tornar as fazendas produtivas mas principalmente de executar essa empreitada através de um grande projeto que contemplasse a atuação das quatro unidades da UNESP voltadas para o setor rural: Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA) e Faculdade de Medicina Veterinária e Zootécnica (FMVZ) do Campus de Botucatu; Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV), campus



A comissão do projeto e a reitoria concordam que a melhor utilização das fazendas é a produção de alimentos.

de Jaboticabal, e Faculdade de Engenharia do campus de Ilha Solteira, onde há um curso de Agronomia.

Uma vez constituída, a comissão começou seu trabalho a partir do levantamento das condições e da situação de cada fazenda, sistematizando todos os dados existentes. De posse de um quadro geral, seus membros optaram pela proposta de intensificação da produção de alimentos, "contemplando as atividades fim da universidade — ensino, pesquisa e extensão", explica a professora Sônia Bergamasco, do Departamento de Economia Rural da FCA, e presidente da comissão.

No que se refere ao ensino, a professora Sônia enfatiza que a ocupação das fazendas com vários tipos de culturas vai ajudar alunos e professores em muitos aspectos. "Hoje — exemplifica — os alunos tem de percorrer fazendas da região para conhecer as culturas e seus processos".

As FEPPs têm áreas destinadas à pesquisa, e a produção de alimentos não as prejudicará. Ao contrário, as futuras plantações ficarão à disposição dos pes-

quisadores, viabilizando a instalação de experimentos e campos de demonstração. E quanto à extensão de serviços à comunidade o projeto abre, no mínimo, duas perspectivas.

Uma, a de transferir ao produtor rural — principalmente pequenos e médios — conhecimentos adquiridos pela Universidade através da execução do projeto. Outra, a de vender por melhores preços parte da produção aos programas governamentais de abastecimento, como "sacolos e varejões" e merenda escolar.

"A ampliação da capacidade produtiva das FEPPs — diz o projeto — representa, ainda, além do cumprimento em tese dos objetivos da Universidade, sua vinculação à conjuntura sócio-econômica do governo estadual. Nesse sentido — assevera o documento —, não apenas cabe à Universidade gerir economicamente os recursos à sua disposição, como participar e colaborar com os programas sociais mais amplos".

PROCESSO COMPLETO

O trabalho da comissão resultou em um grande projeto, agrupamento de

trinta sub-projetos apresentados pelas quatro unidades voltadas para a produção rural. E os sub-projetos — elaborados por professores e também alunos — se referem tanto à produção de alimentos *in natura* (de origem vegetal e animal) quanto ao armazenamento, conservação e transformação industrial.

A execução do projeto será através de processos tecnológicos já conhecidos e que são utilizados pelas propriedades particulares; a mão de obra empregada se comporá de servidores da UNESP lotados nas fazendas e contratação de serviços de terceiros; e as máquinas para transformação dos alimentos serão igualmente adquiridos no mercado. Essa opção por sistemas e máquinas já existentes não impedirá, porém, a atuação de pesquisadores. "Avaliações e testes dos processos de cultivo e dos equipamentos existentes possibilitarão correções que poderão resultar na ampliação da produção agrícola e redução das perdas", exemplifica Sônia Bergamasco.

"De outra parte — continua —, processos de produção de alimentos que englobem todas as etapas indispensáveis à obtenção de produtos finais, prontos para consumo, permitirão que alunos dos cursos de agronomia, medicina veterinária, zootécnica, biologia e tecnologia de alimentos recebam ensinamentos fundamentais em seus campos de conhecimento, além de adquirir visão global dos processos produtivos envolvidos".

(*) Campus de Botucatu — Sônia Maria P. Pereira Bergamasco, Ede Cereda, Fernando Goulart de Andrade e Souza, Carlos Antônio Conceição Domingues (docentes) e Renzo Gorreta Hugo (discente); campus de Jaboticabal — Antônio Carlos Busoli, José Jorge Gebara, Antônio Nader Filho (docentes), José Eduardo Carrilho (discente) e Antônio Luís Fieno (funcionário); campus de Ilha Solteira — Luiz Malcolm Mano de Mello, Orivaldo Arf (docentes) e Geraldo de Souza Ennes (funcionário). Colaboraram: Izabel de Carvalho e Fernando Marques de Almeida, de Botucatu.

Produções na UNESP

IZABEL DE CARVALHO

O projeto "Produção de Alimentos", no esquema em que foi elaborado, e quanto à proposta que encaminha, tem aspectos novos que cabe valorizar no âmbito da rotina dos trabalhos da UNESP. E, como em geral acontece com o novo, nele estão contidas possibilidades de avanço e demandas por correção e reflexão.

Em relação às terras de que dispõe, a Universidade parece ter percebido, com este Projeto, que hoje não é mais possível retê-las

como paisagem improdutiva — usada apenas em espaço reduzido para as atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade — ao risco de descaracterizar as possibilidades de sua inserção na conjuntura social e política vigente no país. A questão que se coloca é se a comunidade universitária foi estimulada a participar e ir ao fundo da discussão embutida nesta decisão, a de tornar produtivas as terras. Saber, por exemplo, o que representa a Universidade participar da produção agropecuária, e o que significa a opção por gerenciar diretamente este esforço produtivo.

Nos planos da necessária convivência entre as diferentes unidades da UNESP envolvidas, e do relacionamento intra-unidades (pressupondo o diálogo entre os seus Departamentos), o Projeto de Produção de Alimentos indica avanços ao articular numa só projeção as intenções de diferentes Faculdades, situadas em diversos locais do estado de São Paulo. O trabalho de compatibilização dos subprojetos, do qual participei, demonstrou porém que ainda há muito a fazer para articular-se uma rede solidária de discussão e trabalho conjunto na UNESP, nos dois níveis apontados. Esta meta, se por um lado supõe a ampliação e enraizamento de regras democráticas como norma de vivência dentro da Universidade, também requer oportunidades concretas de aglutinação da comunidade

universitária para debater seus problemas e propostas — como o recente processo de discussão dos Estatutos da UNESP, e os Simpósios para avaliação das condições de trabalho e pesquisa por áreas.

Por fim, uma última observação, quanto ao destino da produção a ser obtida nas Fazendas Experimentais.

A proposta de que sua destinação se dê, em parte, para o consumo interno à Universidade — hospitais, restaurantes universitários, etc. — tem aspectos positivos, na medida em que se valoriza a interdependência, exatamente numa Universidade que se caracteriza e é marcada pela dispersão mesmo geográfica de suas unidades.

Relativamente à parte da produção a ser encaminhada para consumo extra-muros, destinada para as parcelas da população de menores rendimentos, ficam questões a pensar e propor.

Será que a Universidade, assim como garante a correta destinação da produção, esforça-se para construir mecanismos que efetivem a sua participação autônoma junto a estes setores sociais? Em todo projeto, diz-se que a elaboração da proposta é apenas meio caminho andado, se não houver acompanhamento de sua implementação. No caso da UNESP e do projeto "Produção de Alimentos", esta não se trata de uma tarefa de fiscalização, mas de estreitamento dos laços que

a vinculam à sociedade, permitindo-lhe pôr em prática seu objetivo em geral menos privilegiado, a extensão de serviços à comunidade.

É sobre este ângulo, o da extensão de serviços à comunidade, que reside mérito significativo na proposta. Ou seja, estabelece-se que o interesse central do Projeto vai mais além da produção de alimentos "in natura", chegando-se a pensar no desenvolvimento de tecnologias para seu beneficiamento e transformação.

Na medida em que este trabalho tenha como eixo, claramente definido, a pesquisa e divulgação de processos adequados aos padrões sócio-econômicos do pequeno produtor rural, abre-se a possibilidade de atender à demanda proveniente da parcela majoritária da população rural brasileira.

E, nesta medida, se estaria também contribuindo para fortalecer, por exemplo, as iniciativas de instalação de assentamentos de trabalhadores rurais, no processo de Reforma Agrária em curso, no qual uma das carências mais observadas é a quase total ausência de estudos técnicos que orientem as atividades produtivas e ligadas à pequena indústria rural, desenvolvidas pelos pequenos produtores.

A autora é professora-assistente junto ao Depto. de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrônômicas, UNESP, Campus de Botucatu.

São 5.174 hectares para ensino, pesquisa e extensão

Mas a maior parte não está sendo explorada, como cerrados, várzeas e pastos.

BOTUCATU

O maior potencial

As Fazendas de Estudo, Pesquisa e Produção (FEPPs), do campus de Botucatu — "Lageado", "Edgárdia" e "São Manoel" — registram juntas o total de 2.508 hectares.

A fazenda Experimental São Manoel, contém 384,8 ha, área que poderá ser totalmente aproveitada pelo projeto "Produção de Alimentos", e a Lageado-Edgárdia, totalizam uma área de 2.512,1 ha, sendo que as três fazendas são de responsabilidade basicamente da Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA) e Faculdade de Medicina Veterinária e Zootécnica (FMVZ). Somente 83,2 ha de matas pertencem ao Instituto Básico e Biologia Médica e Agrícola (IBBMA), para o desenvolvimento de pesquisas.

A utilização das terras nas fazendas Lageado-Edgárdia (sempre com dados de 1985) divide os hectares da seguinte maneira: matas e campos naturais (778,03), eucaliptos, que permitem a proteção dos cultivos contra o vento (133,1), pastagens (508,8), várzeas (102,4), pomares (24,6) e áreas agricultáveis, mais presentes na Lageado e utilizadas pela FCA (363,4). A área administrativa consiste em 133,8 ha, divididas entre a casa sede (escritório de supervisão das FEPPs) e demais prédios (salas de aula, departamentos, administração e etc.).

Os cultivos de cana-de-açúcar, citrus, hortaliças, café, arroz, milho e pomar, no período de farta produção, têm atendido não só ao ensino e pesquisa, como também serem comercializados à comunidade, principalmente àquela vinculada ao campus.

Praticamente metade destas fazendas (48,89%), constitui-se como pastagens, contando com 294 cabeças de gado, cuja responsabilidade exclusiva é da FMVZ. Além do gado bovino, existem outras criações como suínos, caprinos, ovinos, grande quantidade de aves de postura e corte, coelhos, bubalinos, eqüinos e alguns muare e asininos. Estes animais são utilizados em pesquisa; o descarte apenas ocorre quando o animal não serve mais às finalidades de ensino e pesquisa.

No que se refere à infra-estrutura, as fazendas possuem casas para a moradia de funcionários (nove colônias na Lageado-Edgárdia), barracões (abrigo para máquinas e implementos), silos graneleiros (120 toneladas) aviários e seis prédios para desintegrar o milho, fazer inseminação e reprodução animal, fabricar ração e outras utilidades. Essas construções são na sua maioria de alvenaria.

As FEPPs de Botucatu contam, ainda, com máquinas e implementos agrícolas: tratores, arados, pulverizadores, semeadores, roçadeiras e etc., pertencendo à maior parte à FCA.

A mão-de-obra disponível nas FEPPs, responsável pelos trabalhos rurais, são 90 empregados vinculados à FCA e FMVZ.

SUBPROJETOS

Neste ano, a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) ampliou a ocupação das fazendas. No ano, é com a execução do projeto de produção de alimentos que a utilização das terras será total. Para isso, essa unidade elaborou doze subprojetos, sendo sete referentes à produção de grãos, arroz irrigado, mandioca, citrus, banana, hortaliças e cogumelos; dois de beneficiamento (grãos e mandioca); um para a instalação de uma indústria-piloto para processamento de alimentos; uma ilha energética, e acompanhamento e análise da implantação de projetos selecionados.

Já a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootécnica apresentou oito projetos para a criação de aves, abelhas, bovinos de corte e leite, coelhos, ovelhas e peixes.



A fazenda da FCAV é a menor mas é a que mais produz

Com recurso da Universidade, iniciados cinco dos trinta subprojetos

A recuperação das fazendas da UNESP teve início no ano passado, quando a Reitoria adquiriu Cz\$ 2.688.000,00 em tratores, máquinas e implementos agrícolas, visando a renovação da frota que estava em condições precárias. A total utilização das terras, no entanto, custará, aproximadamente, Cz\$ 67 milhões, o necessário para implantação dos trinta subprojetos que compõem o projeto "Produção de Alimentos". Daqueles, cinco já estão sendo iniciados, com recursos (Cz\$ 6 milhões, no total) da Universidade, provenientes da suplementação orçamentária concedida pelo Governo do Estado (Veja matéria na página 4). A viabilização financeira dos demais 25 subprojetos está sendo negociada pela comissão junto às secretarias da Agricultura e do Planejamento e junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através do BADESC.

Os subprojetos já em fase de implantação são:

— Beneficiamento de grãos (milho, feijão e arroz) e Beneficiamento de mandioca, a serem executados pela FCA, com Cz\$ 799 mil para investimento em obras e Cz\$ 688 mil em equipamentos; o custeio

consumirá Cz\$ 160 mil. O total é de Cz\$ 1.647.000,00.

— Bovinocultura de corte, pela FMVZ. A aquisição de 34 fêmeas e dois machos da raça nelore e a construção de estábulos, cercas, currais etc. custarão Cz\$ 1.250.000,00.

— Mini-usina de laticínios, a ser instalada na FCAV. Obras (Cz\$ 427 mil), equipamentos (Cz\$ 1.162 mil) e custeio (Cz\$ 174 mil) totalizarão Cz\$ 1.763.000,00. A capacidade da mini-usina prevista é de 1.000 litros de leite por hora.

— Produção de grãos, em Ilha Solteira, com a previsão de colheita por safra de 1.160 sacas de arroz, 700 de feijão, 2.560 de milho e 800 de soja. O custo de implantação é de Cz\$ 1.340.000,00.

PASSAGEM

Segundo a professora Sônia Bergamasco, é bastante provável, a liberação de um financiamento pelo BNDES. "Eles informaram que o sinal está passando de amarelo para o verde", explicou. E a previsão é que o projeto de alimentos se tornará auto-sustentável num período de dois a três anos.

ILHA SOLTEIRA

Predomina a produção animal

Os 1.822 hectares da FEPP sob a responsabilidade da Faculdade de Engenharia, campus de Ilha Solteira, estão divididos entre o município de Selvíria (MS), onde há cerrado e pastagens (1.750 ha) e uma área (72 ha) localizada na cidade de Pereira Barreto (SP), que inicia

rá suas atividades agrícolas ainda este ano, por causa de um convênio feito com a CESP, que fornecerá água para irrigar 20 hectares.

As áreas exploradas totalizam 1.394 ha, sendo 40 com lavouras permanentes (16 ha) e temporais (24 ha), e 1.354 ha com pastagens naturais (870 ha) e plantadas (484 ha). O restante (158 ha), corresponde a áreas não exploradas, ou seja, uma reserva de matas e florestas.

A efetiva utilização das terras é voltada para a produção animal, contando o setor com cerca de 900 bovinos (em sua maioria da raça Guzerá) aproveitados no ensino, pesquisa e produção. Este rebanho se compõe de vacas adultas, novilhas, touros e bezerros. A produção é de leite e corte.

Cabe considerar, que quanto ao plantel de equinos, existe um total de 30 cabeças.

O solo da área onde se localizam o cerrado e as pastagens é caracteristicamente de baixa fertilidade, sendo que 80% (1.083,2 ha) das pastagens cultivadas, possuem bebedouros abastecidos por um poço semi-artesiano.

A produção de frutíferas e hortícolas, quando não mais necessárias nas experiências das pesquisas, são comercializadas para os funcionários do campus, bem como a produção de feijão, milho e café.

No caso do leite, a fazenda considera dois períodos para se medir a produção: na época "da seca", é obtida produção de 100 litros por dia, enquanto na época "das águas", o total é de 300 litros diários, geralmente comercializados para a Nestlé.

A FEPP — Ilha Solteira, possui doze construções: uma casa, estábulo, dois currais, uma bezerreira, baia, dois silos, galpão e depósito. Parte das máquinas e implementos da fazenda se encontram em condições precárias.

Três projetos estão previstos para Ilha: produção de grãos, apicultura, suinocultura e avicultura.

JABOTICABAL

A melhor explorada

A FEPP da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) campus de Jaboticabal, embora tendo a menor área (844 ha), é, em relação às fazendas de Botucatu e Ilha Solteira, a melhor explorada, favorecida inclusive pelas boas condições de solo, clima e relevo. Devido a estes fatores, a agropecuária ocupa sua extensão total.

Parte da fazenda (329,8 ha) é ocupada por culturas temporárias (85,32%) e permanentes (14,67%). O tipo climático da região (subtropical com chuvas de verão e inverno relativamente seco), propicia a produção de soja, milho (em maior quantidade), arroz, sorgo e feijão, servindo para comercialização, ensino e pesquisa. Para a realização exclusiva de pesquisas são utilizados 101,64 ha; 33,88 ha são reservas de matas e florestas. A área do campus (administração, salas de aula e demais prédios), ocupa 136,16 ha, restando 14,52 para outras finalidades.

É grande a quantidade de animais na FCAV, com uma área de pastagens de 228 ha de terras. O plantel de equinos, num total de 40 animais, se divide em reprodutores, capões, éguas e potros. São 212 cabeças de gado (nelore, crias, muar e mestiços), só no setor de confinamento, e 40 nelores na forragicultura.

O setor de suinocultura possui 47 exemplares, a maioria matrizes; há também 79 bovinos para produção de leite e a criação de cerca de 103 coelhos (cunicultura). No setor de bubalinos, o plantel é de 15 animais (adultos e pequenos) e no de avinocultura é de 3.086 entre postura e corte. Há ainda, carneiros, ovelhas e borregas, num total de 66 animais.

Além desses, a fazenda desenvolve o bicho-da-seda, piscicultura (cinco açudes e dez tanques para experimentos) e apicultura (30 colmeias, incluindo um laboratório).

As máquinas e implementos à disposição da FEPP estão subdivididas em quatro grupos: tratores agrícolas, máquinas agrícolas rodoviárias, automotrizas e colhedoras-rebocadas e outros implementos. Dos 69 trabalhadores braçais da fazenda, 37 estão na produção agrícola, 17 na animal e 15 em atividades auxiliares.

A FCAV participa do projeto "Produção de Alimentos" com sete subprojetos: produção de grãos e citrus; câmara frigorífica para conservação de alimentos; unidade de produção de sementes básicas; abrigo para equipamentos e instalações para pré-processamento; perfuração de poço artesiano; mini-usina de laticínios, e indústria-piloto para processamento de alimentos de origem vegetal.

“Proteção de plantas” novo curso na FCA

A Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA) — campus de Botucatu, estará oferecendo um novo curso de pós-graduação em Agronomia. Trata-se da área de concentração “Proteção de Plantas”, a nível de mestrado, com 15 vagas e destinado a profissionais com diploma do curso superior em Engenharia Agrônômica.

O pedido de inscrição deverá ser apresentado à FCA, seção de pós-graduação, no período de 1º de dezembro à 16 de janeiro de 1987. O início do curso será em março.

Maiores informações poderão ser obtidas através da Caixa Postal 237, Cep 18.600 — ou pelo telefone (0149) 22.3883, ramal 41, Botucatu.

QUÍMICA

O Instituto de Química, campus de Araraquara, recebeu no mês passado, do Conselho Federal de Educação (CFE), credenciamento do curso de pós-graduação em química, área de concentração em “Química Inorgânica”, a nível de mestrado. Com isso, o curso fica reconhecido nacionalmente.

ADUNESP Guaratinguetá promove Seminário

No período de 20 a 25 de outubro será realizado o VII Seminário ADUNESP-Guaratinguetá, na Faculdade de Engenharia.

Neste seminário serão apresentados trabalhos na área de Ciência e Tecnologia, bem como serão promovidas palestras e mesas redondas sobre temas da atualidade, com prioridade à Constituinte. A comissão organizadora, formada pelos professores Ubirajara Rocha Ferreira, Fernando Augusto Silva Marins, Nazen Nascimento, Paulo Magalhães Filho e Carlos Daniel Ebinuma, convidou para as conferências professores e especialistas de outras instituições. O evento contará também com uma exposição científica sobre o cometa Halley, organizada pelo Instituto Astronômico e Geofísico da USP, contendo 70 painéis, com fotografias e desenhos, descrevendo a história das aparições do Halley.

FEG recebe verba da Fapesp

O Departamento de Mecânica da Faculdade de Engenharia, campus de Guaratinguetá, recebeu da FAPESP uma verba no valor de Cz\$ 143.055,00, para desenvolver três projetos de pesquisa.

A pesquisa “Módulo Experimental de Vibrações Mecânicas”, contemplada com Cz\$ 29.311,00, irá desenvolver equipamentos didáticos para aulas de laboratório, incluindo também o pagamento de um aluno bolsista durante o período de um ano. Com o mesmo objetivo, a pesquisa “Módulo Experimental de Resistência dos Materiais” recebeu um total de Cz\$ 50.144,00. Visando a ampliação do Centro de Processamento de Dados da FE, o projeto de pesquisa “Análise de Sistemas Estruturais com Auxílio de Computador”, recebeu da entidade um total de Cz\$ 63.600,00, o que inclui também o pagamento de quatro bolsistas.



Cerca de 8% dos pacientes recebem anestesia geral. E a assepsia no CAOÉ tem de ser total.

Atendendo excepcionais há um ano, CAOÉ cresce e se especializa

O Centro de Assistência Odontológica a Excepcionais (CAOE), do campus de Araçatuba está completando um ano de fundação e, para marcar a efeméride, realiza de 13 a 18 deste mês a I Jornada Odontológica Brasileira de Estudos Sobre Pacientes Especiais.

Único no Estado de São Paulo, o CAOÉ se vem constituindo numa fonte rica e abundante para a pesquisa sobre a pessoa excepcional. Neste primeiro ano de funcionamento recebeu cerca de trezentos pacientes, num total de quase oito mil atendimentos, todos gratuitos. A clientela, de várias cidades do Estado, inclusive da Capital, está na faixa dos 5 aos 61 anos, mas a maior parte é de crianças dos 11 aos 15 anos.

“São realizados todos os tipos de atendimento odontológico”, informa o professor Rui dos Santos Pinto, diretor do Centro e principal responsável pela sua criação. Para que o paciente chegue à cadeira de dentista, no entanto, existe um rigoroso caminho a ser percorrido. Primeiro, é que a consulta é sempre com hora marcada; ao chegar no CAOÉ, o paciente é recebido por uma recepcionis-

ta que o encaminha para uma assistente social; desta ele vai a uma psicóloga e depois para um médico pediatra. Se for o caso de anestesia geral, devido ao comportamento irrequieto ou nervoso dos excepcionais, o paciente é submetido a exames laboratoriais; do contrário, é encaminhado diretamente do pediatra ao dentista.

Nesse percurso, todos os dados do paciente são anotados em um extenso formulário e depois memorizados em um computador, o que “resultará numa imensa fonte de pesquisa”, observa o professor Rui. “Dispomos de muito poucas informações sobre excepcionais na área odontológica no Brasil”.

Com um total de 18 pessoas trabalhando (9 de nível superior, 6 de nível técnico e três administrativos), o CAOÉ conta com quatro gabinetes odontológicos, consultórios para os demais profissionais de nível superior (pediatra, psicólogo e assistente social), um centro cirúrgico, laboratório de prótese, câmara escura, sala com equipamentos de esterilização e outras dependências como sala de recuperação do paciente e vestiários.

Curso de Ecologia de Rio Claro completa 10 anos de existência

Neste ano, o Instituto de Biociências (IB), campus de Rio Claro, comemora 10 anos de funcionamento do curso de Ecologia, ministrado por docentes de vários Departamentos, inclusive do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE).

O curso de ecologia está voltado à formação de profissionais qualificados em três áreas: pesquisa, ecologia aplicada e administração ambiental, esta última enfatizando o planejamento e o gerenciamento. As áreas de pesquisa se concentram principalmente nas questões relacionadas à dinâmica de populações, primatologia, ecologia de micro-organismos de solo, dinâmica de matéria orgânica do solo, fitossociologia e planejamento urbano.

A duração do curso é de quatro anos

em período integral, e de acordo com o vestibular/86, para 20 vagas foram inscritos 124 candidatos: 6,20 por vaga.

A partir de um questionário enviado aos ex-alunos do curso, constatou-se que os ecólogos vêm atuando em prefeituras, pesquisas, empresas como CETESB e SUCEN, assessorias a entidades conservacionistas, além de ensino de 1º e 2º graus ou docência em nível superior. Porém, a professora Sâmia Maria Tauk, do Departamento de Ecologia, aponta uma dificuldade. Por ser o único no Estado de São Paulo, e um dos poucos no Brasil, o curso de Ecologia de Rio Claro se ressentia da ausência de similares em outras universidades, o que dificultava a constituição de um corpo docente totalmente formado por especialistas na área.

Franca: a Constituinte na semana de estudos

A realização da Assembléia Nacional Constituinte, coloca como necessária e urgente a prática da reflexão da sociedade sobre os rumos que deverão tomar os trabalhos parlamentares no sentido de serem aí representados as suas legítimas aspirações. Assim, a Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS) — campus de Franca, decidiu promover de 13 a 16 de outubro, uma Semana de Estudos, cujo tema “Constituinte e Cidadania” irá discutir as questões mais importantes da futura constituição.

Estarão presentes à Semana, especialistas de diversas áreas do conhecimento e representantes de entidades e de movimentos sociais.

Conselhos de classe no IBBMA dão certo

Com a função de acompanhar o desenvolvimento dos cursos os Conselhos de Classe instalados no IBBMA — campus de Botucatu, estão se desenvolvendo de maneira continuada e eficiente.

Os Conselhos cuidam das datas de provas, discutem horários, detectam alunos com deficiência de aproveitamento e dão a solução, promovendo principalmente a melhoria do relacionamento aluno-professor. São ao todo 8 conselhos no Curso de Ciências Biológicas e mais quatro em cada curso de Medicina Veterinária, Agronomia e Zootécnica, totalizando assim, 24 Conselhos de Classe, sendo que funcionam doze em cada semestre.

FATEC cria curso de tecnologia têxtil

Foi autorizada pelo Governo do Estado, no dia 8 de setembro, a criação da Faculdade de Tecnologia Têxtil de Americana (FATEC-Têxtil), como unidade do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”, autarquia vinculada à UNESP.

O curso, com duração de três anos, será ministrado no período noturno, devendo atender basicamente aos profissionais que já trabalham nas indústrias locais. A cidade de Americana é o centro têxtil do Estado de São Paulo.

A Faculdade funcionará inicialmente nas dependências da Escola Tecnológica Estadual; a primeira turma inicia suas aulas no primeiro semestre do ano que vem.

XV Jornada Científica —campus de Botucatu

A ADUNESP — Botucatu, irá realizar de 4 a 6 de novembro, a XV Jornada Científica, com uma programação voltada para temas como educação, saúde, política agrária e principalmente a ação da universidade em relação a essas questões. Para proferir as palestras, foram convidados representantes da CAPES, MEC, USP, Secretaria da Saúde, INCRA, EMPRAPA e CEAGESP.

O local da Jornada será no anfiteatro do IBBMA.

UNESP participa do PNI

O reitor Jorge Nagle assinou em Brasília convênio com o Ministério da Irrigação por ocasião do lançamento do Programa Nacional de Irrigação (PNI) pelo presidente José Sarney. Acompanham o reitor os professores Ricardo Veiga e Fernando Goulart, da Faculdade de Ciências Agrônômicas de Botucatu.

A FCA receberá Cz\$ 1,1 milhão e a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, de Jaboticabal, Cz\$ 250 mil, para estruturação e execução de um proje-

to de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Agricultura Irrigada. As verbas serão recebidas integralmente até novembro, devendo ambas as unidades iniciarem de imediato sua participação.

Assim, a UNESP passa a integrar-se ativamente no programa do Governo Federal para o treinamento de especialistas em irrigação. O PNI pretende, até o final de 1990, passar dos atuais dois milhões de hectares irrigados no país para cinco milhões de hectares.

A. Latina é tema de estudos no ILCSE

Estão sendo realizados, neste mês, todas as quartas-feiras, no ILCSE, campus de Araraquara, seminários promovidos pelo "Centro de Estudos Latino-Americanos".

No dia 1º, "Cacicados e origens da sociedade de classe no Caribe", pelo professor Francisco Morosco, da Universidade Estadual de Nova York, e "Formação da escravidão indígena em São Paulo" por John M. Monteiro, da Universidade de Chicago. Dia 15, "Da escravidão indígena a escravidão negra" (Luiz Koshiha, da UNESP) e "A política oligárquica: primeira república" (José Enio Casalechi, da UNESP). "As convergências teóricas na defesa da democracia: Brasil e Argentina" (Luiz Fernando Ayerbe, da UNESP) e "Dívida externa e guerra: Peru, 1870-1890" (Enrique Amayo, da Universidade de Pittsburgh), serão os temas do dia 22.

Para o último seminário (dia 29), as professoras Anna Lúcia Duarte Lanna e Maria Lúcia Lamounier, da UNICAMP, debaterão o tema "Formas da transição da escravidão ao trabalho livre".

Comissão definirá cargos docentes

A definição de critérios para distribuição de cargos de professores titulares — uma atribuição do Conselho Universitário que foi delegada ao reitor logo depois da criação da UNESP — volta agora para a responsabilidade do colegiado. A decisão foi tomada na última reunião do C.O., junto de outra de igual teor a respeito dos professores assistentes. Pela legislação da época dos institutos isolados, os critérios para distribuição de cargos dessa categoria também eram definidos pelo reitor.

E para cuidar dos dois casos — titulares e assistentes — o C.O. criou uma comissão composta pelo reitor, vice-reitor, presidente da CPRT, presidentes das Câmaras centrais de graduação e de pós-graduação e por um docente de cada distrito universitário.

EQUIVALÊNCIA

Com o objetivo de racionalizar e simplificar os procedimentos que vêm sendo adotados, o C.O. aprovou a reformulação das normas para equivalência de títulos obtidos em outros estabelecimentos de ensino superior. A reformulação — que prevê simplificação burocrática e maior abrangência de situações — será submetida agora ao Conselho Estadual de Educação.

Aconteceu nas unidades

- Nos dias 24 e 25 de setembro, a Faculdade de Odontologia, campus de Araçatuba, um seminário de atualização clínica sob o tema "Emergências no consultório odontológico". O programa abordou os problemas de fraturas dento-alveolares, hemorragias, reações pós-anestesia local, emergência cardíaca vascular e reanimação cardio respiratória, ministrados pelos professores Antonio Cesar Perri de Carvalho, Almir Lima de Castro, José Simões Barroso e Michel Saad Neto.

- Dia 3 de setembro, o curso de Ciências Biológicas do IBBMA, campus de Botucatu, comemorou o Dia do Biólogo. O evento se resumiu em trazer crianças do 1º grau para o campus, onde elas obtiveram um conhecimento da biologia e noções de educação ambiental, através do lazer. Com a colaboração dos alunos, foram mostradas espécies da fauna e flora com um passeio pelo jardim botânico daquela unidade.

- De 22 a 26 de setembro, o Departamento de Ciências Biológicas do IBBMA também realizou a Semana da Biologia. Foram várias palestras proferidas por professores da UNESP e de outras instituições, sobre biotecnologia, estruturação de currículos, plantas medici-

nais, Antártida e a condição do biólogo junto ao mercado de trabalho e à sociedade brasileira, entre outros temas.

- De 26 de setembro a 2 de outubro, o Departamento de Economia do ILCSE — campus de Araraquara, realizou a III Semana de Estudos Econômicos. Através de debates e um ciclo de conferências com o tema "Economia Brasileira: Diagnóstico e Perspectivas", o evento contou com a participação de vários professores de economia da USP e UNICAMP.

- De 6 a 9 deste mês, no Instituto de Letras, História e Psicologia, campus de Assis, a VIII Semana de História, cujo tema, "História: tradição, resistência, novas abordagens", teve por objetivo reunir professores e alunos de História e demais ciências humanas para uma reflexão sobre o tema proposto.

- De 29 de setembro a 3 de outubro, na Faculdade de Tecnologia de São Paulo — FATEC, a Semana de Tecnologia. No decorrer da programação, houve simpósios, conferências, palestras, exposições e mini-cursos ministrados por especialistas da área, ligados a indústria e comércio.

ESTANTE

Os limites do educador

Universidade, Escola e Formação de Professores, de vários autores; Brasiliense, 200 páginas; Cz\$ 100,00.

O livro reúne 14 textos, de diferentes autores, distribuídos em duas partes: "A dimensão social e política" e "Formação universitária e prática do professor", assuntos do Seminário Itinerante "Desenvolvimento Econômico e Cultural, Desenvolvimento Nacional e Formação de Professores", realizado na USP em 1985.

Na 1ª parte a educação é discutida na perspectiva sócio-histórica. Alguns dos temas abordados, são: a questão da cidadania do professor e sua inserção no conjunto das lutas sociais (Florestan Fernandes); o efeito da tradição cultural brasileira na limitação cultural do professor (pelo mesmo autor); os limites da ação política da prática pedagógica (Roberto Romano); a identificação do conjunto de professores em termos da estrutura de classes sociais (Perseu Abramo) e, pelo mesmo autor, o papel das entidades representativas e a ênfase nas questões corporativistas em termos das atuais reivindicações dos professores.

Na segunda parte é discutido o desempenho do professor e o papel da Universidade na sua formação. Jorge Nagle em "As unidades universitárias e suas licenciaturas: educadores pesquisadores" recoloca a questão da licenciatura, discutindo alguns modelos já implantados e alerta para a sempre presente antinomia nas discussões acadêmicas, especialmente na área da Pedagogia (por

exemplo: formação humanista versus formação tecnológica). Essa polarização tem deixado em segundo plano a abordagem de questões mais relevantes.

José Mario Pires Azanha em "Escola de 8 anos (a incompreensão pedagógica)", analisa a resistência do magistério ao esforço de democratização do ensino iniciado em 1968 pela Administração no Estado de São Paulo. Discute ainda a associação entre a expansão da escola pública e a má qualidade do ensino. Eunice Ribeiro Durham, em "Limitações da universidade na formação social do professor", analisa os limites da escola enquanto instituição social comprometida com a construção de uma sociedade melhor e propõe uma reformulação ampla da função pedagógica.

Os textos citados constituem apenas uma parte do conteúdo da obra, cuja atualidade fica evidenciada no texto de Luiz Eduardo Wanderley, "Universidade e democracia: relações do professor com o desenvolvimento", que mostra a função educativa da campanha pela Constituinte e alerta para a importância da escolha dos temas que deveriam ser incluídos no tópico Educação na Constituinte.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é que a obra reúne diferentes pontos de vista a respeito de um problema central na Educação: a formação do professor. Trata-se, portanto, de leitura obrigatória para aqueles que têm a prática pedagógica como objeto de interesse. (Lucia Helena Lodi — IBLCE, São José do Rio Preto)

Reencontro em Araraquara

O livro "Sartre no Brasil: A conferência de Araraquara" (edição UNESP/Paz e Terra em comemoração aos dez anos da Universidade) foi lançado também em Araraquara. No mesmo anfiteatro onde Jean-Paul Sartre esteve, o ILCSE e a Fundação de Arte Cultura do Município promoveram um debate entre os professores José Aluyio Reis de Andrade (mediador), Faus-

to Castilho, Luiz Roberto Salinas Fortes, Caio Prado Júnior e Luiz Benedito Orlandi, que assistiram à conferência em 1960.

O local — onde antigamente funcionava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — é hoje a Casa da Cultura. Aproveitando o evento, o anfiteatro foi batizado com o nome do filósofo francês.

LANÇAMENTOS DE DOCENTES

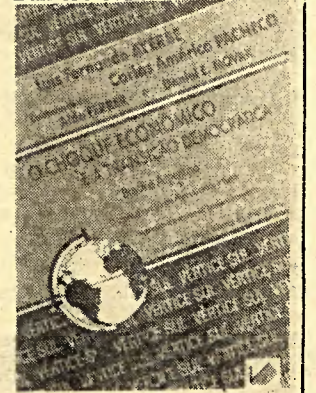


LIVRO DE BIÚTE (Editora Metrópoles, 25 páginas, Cz\$ 40,00), de Uilson Jôia Pereira, docente do Departamento de Antropologia, Filosofia e Geografia do ILCSE, campus de Araraquara. A partir de uma colagem de fatos e situações da sociedade atual, o livro apresenta doze mini-contos feitos pelo autor ao longo de dois anos. É dedicado basicamente para o público universitário em contato com fatos políticos e culturais. Nesta edição está incluída uma entrevista concedida por Uilson para o Suplemento Literário "Minas Gerais".

PSICOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO (Editora Pedagógica e Universitária — EPU, 142 páginas, Cz\$ 79,50), de Maria Aparecida Cória Sabini, docente do Departamento de Educação do IBILCE, campus de S. J. do Rio Preto. Este livro propõe uma nova abordagem da psicologia na licenciatura, servindo como orientação para alunos e professores desta área específica ou do curso da Pedagogia em geral. Através das principais discussões teóricas relacionadas à aprendizagem, motivação, desenvolvimento da personalidade e desenvolvimento moral, o livro abre perspectivas para o campo de educação e seus objetivos. A autora adota uma posição eclética, pois acredita que a opção por uma ou outra orientação teórica deve ser individual; cada uma das posições assumidas no livro, são analisadas em termos do processo de ensino em si mesmo.

O CHOQUE ECONÔMICO E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (editora Vértice, 159 páginas, Cz\$ 70,00) de Luis Fernando Ayerbe e Carlos

Américo Pacheco, docentes do Departamento de Economia do ILCSE, campus de Araraquara. O livro propõe-se a responder as perguntas mais emergentes sobre o que levou o Brasil e a Argentina a elaborar os Planos Cruzados e Austral e os seus efeitos imediatos e futuros. O historiador Luis Ayerbe, enfoca o caráter essencialmente político do Plano Austral, enquanto o economista Carlos Pacheco, traça um quadro geral da economia brasileira na Nova República. O livro ainda conta com a colaboração dos economistas Aldo Ferrer e Daniel Novak.



Teses defendidas

• Cármen Silvia Fernandes Boaro (IBBMA — Botucatu), "Influência da variação dos níveis de magnésio sobre o desenvolvimento do feijoeiro (*Phaseolus vulgaris* — L. CV carioca), em cultivo hidroponico", mestrado, dia 5 de setembro, no IBBMA.

• Maria Dalva Cesário (IBBMA — Botucatu), "Efeitos da Oxamniquine (mansil) em alguns componentes do valor adaptativo de *Drosophila simulans*", doutorado, dia 19 de setembro, no IBBMA.

• José Ricardo de Carvalho Pinto (IBBMA — Botucatu), "Estudo anatômico do pâncreas do gambá (*Didelphis azarae*): anatomia externa e sistema excretor", mestrado, dia 30 de setembro, no IBBMA.

• Waldemar Gastoni Venturini Filho (FCA — Botucatu), "Produção de biomassa da *Aspergillus oryzae* utilizando vinhaça como substrato de fermentação", mestrado, dia 29 de agosto, na ESALQ — USP.

• Maria Gorete da Silva Carreira (IBILCE — S. José do Rio Preto), "Fibrações, ações de grupos e teoremas do tipo de Borsuk-Ulam", mestrado, dia 29 de agosto, no IMECC — UNICAMP.

• Alzira Lobo de Arruda Campos (FHDSS — Franca), "O casamento e a família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos", doutorado, dia 29 de agosto, na USP.

Unespianos no pleito de 15 de novembro

Estarão concorrendo às eleições de 15 de novembro, quatro candidatos pertencentes aos três segmentos da UNESP. Para deputado federal, o professor Percy Sampaio, do Departamento de Microbiologia da Faculdade de Odontologia, campus de Araçatuba, pelo PT, e o funcionário Acácio Paulino da FATEC — São Paulo, pelo PSB. Já para deputado estadual, o professor Daniel Salati, do Departamento de Agricultura e Silvicultura da Faculdade de Ciências Agrônomicas, FCA, campus de Botucatu, candidato pelo PMDB, e o aluno de Economia do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — ILCSE —, campus de Araraquara, Domingos Carneseca Neto, pelo PT.

ASCA — nova entidade de utilidade pública

A Associação dos Servidores do campus de Araçatuba — ASCA (Faculdade de Odontologia), a partir de Projeto Lei do professor Rubens M. Arcieri, aprovado por unanimidade pela Câmara de Vereadores daquela cidade, passou a ser considerada entidade de utilidade pública.

ENCONTRO

Está programado para o período de 27 a 31 de outubro, o II Encontro de Servidores Técnico Administrativos do campus de Araçatuba. Haverá várias palestras, atividades culturais e um debate ao final do evento para avaliação e levantamento de propostas que visem beneficiar aquela unidade.

C.O. ampliado faz reunião com novos representantes



A apuração dos votos dos funcionários foi no dia 25, na reitoria (foto), e dos professores no dia 23.

A reunião do Conselho Universitário (C.O.) do dia 25 de setembro já contou com a participação de 27 novos representantes (17 professores e dez funcionários), escolhidos em eleições realizadas naquele mês. Trata-se da ampliação do colegiado, decidida no ano passado e aprovada pelo Conselho Estadual da Educação e pelo Governador do Estado. A representação dos professores passou de sete membros para 25; a dos funcionários, de um para onze — o equivalente a um quinto.

A escolha entre os professores se deu através do voto de delegados: um de cada categoria por unidade. E a eleição foi realizada no período de 15 a 19 de setembro. Com a ampliação, o segmento docente passa a contar com um representante de cada categoria por distrito universitário, ou seja 25 representantes no total. Como o mandato dos que vinham ocupando uma cadeira no C.O. será respeitado, foram eleitos 19 professores. (18 referentes a ampliação e um para substituição).

POR DISTRITO

No distrito Norte, integrado pelos campus de Araraquara, Franca, Jaboticabal e Rio Claro, foram eleitos Manoel Vitor Franco Lemos, da FCA, na categoria dos professores assistentes-doutores; Fernando Dagnoni Prado, do IGCE, professor assistente, e Ronele Maria de Souza Pina, FHDSS, auxiliar de ensino.

No distrito Sul, que abriga apenas o campus de Botucatu, os representantes são: Jehud Bortolozzi, do IBBMA, professor titular; Márcio R. G. Kavchembuck, FCA, professor adjunto; Luiz Antônio Toledo, IBBMA,

professor assistente-doutor, e Alfredo Alcântara Barreto, FM, auxiliar de ensino.

No distrito Leste — São Paulo, Guaratinguetá e São José dos Campos — foram eleitos Erler Schall Amorim, FE, professor adjunto; Gerson Munhoz dos Santos, FO, professor assistente-doutor; Reynuncio Napoleão de Lima, IAP, professor assistente, e Antonino Kimaid, FO, auxiliar de ensino.

Pelos campus de Assis, Marília e Prudente, que formam o distrito Oeste: Manoel Dias Martins, ILHP, professor titular; Teresa Correa Cariola, ILHP, adjunto; Carlos Eri-vany Fantinati, ILHP, assistente doutor; Márcio Antônio Teixeira, IPEA, assistente, e Arlêta N. Zelante Maryssael de Campos, FEFCSD, auxiliar de ensino.

No distrito Noroeste (Araçatuba, Ilha Solteira e São José do Rio Preto), Gildo Matheus, FO, professor adjunto; Dib Gebara, FE, assistente, e Carlos Augusto Moraes, FE, auxiliar de ensino.

FUNCIONÁRIOS

Entre os funcionários, a eleição foi realizada no dia 10 de setembro, em todas as unidades. Houve um total de 23 concorrentes e os eleitos foram: José Firmino Pereira da Silva, da Reitoria, com 2.713 votos; Airton Camplesi, de Jaboticabal, com 2.111 votos; Reinaldo Teixeira de Oliveira, Assis, 1.973 votos; Francisco Inácio Pinheiro, Araçatuba, 1936; Benedito Carlos Piveta, Araraquara, 1916; Luís Gonçalves Rodrigues, Presidente Prudente, 1706; Djalma Cordeiro da Silva, Ilha Solteira, 1.681; Alberto Ney Freitas Dias, Guaratinguetá, 1.222; Sérgio Grosso, Rio Claro, 1.203, e Mário Yuki-yasu Teruya, Marília, 1.200 votos.

Eleições de docentes para o CEPE

No final deste mês e início de novembro haverá eleições para renovação da representação docente junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), com a escolha de cinco novos membros para um mandato de dois anos a partir de janeiro.

Poderão ser eleitos docentes com o título mínimo de doutor, um para cada distrito universitário. A escolha será feita por delegados: um por categoria em cada unidade. A inscrição para delegado deve ser feita nos dias 20 ou 21 de outubro e os nomes dos eleitos serão informados pela Secretaria Geral no dia 7 de novembro.

Já a eleição para os representantes docentes junto ao CEPE (para estes não há inscrição) será no dia 12 de novembro, não mais nas unidades mas sim nos campus-sede de distrito: em Araraquara (distrito Norte), Botucatu (Sul), São José dos Campos (Leste), Assis (Oeste) e Araçatuba (Noroeste).

O CEPE é composto pelo vice-reitor (presente nato), pelos presidentes das três Câmaras centrais, pelo presidente da CPRT, por um representante da FAPESP e por dois discentes, além dos cinco docentes.

Funcionário no Conselho de Departamento

O Conselho Universitário, em sessão no dia 25 último, aprovou a criação de representação do corpo técnico-administrativo junto aos Conselhos de Departamentos. A representação somente ocorrerá nos Departamentos que tenham, no mínimo, três funcionários, que poderão indicar um membro.

A criação, para ser colocada em prática, precisará ainda ser aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, uma vez que implica em modificação do estatuto da Universidade.

Docentes em atividade

• A professora Adélia Maria Salati Marcondes Llistó, do Departamento de Tecnologia dos Produtos Agropecuários da FCA — Botucatu, participou do "Sixth International Congress of Pesticide Chemistry", em Ottawa, Canadá, no período de 10 a 17 de agosto, com apresentação do trabalho: "Chlorothalonil Residues on Coffee Beans".

• O professor Ciro Antonio Rosolem, do Departamento de Agricultura e Silvicultura da FCA — Botucatu, participou do "13th Congress of the International Potash Institute", em Reims, França, no período de 23 a 30 de agosto.

• O professor Ary Aparecido Salibe, do Departamento de Horticultura da FCA — Botucatu, foi eleito, pelo segundo ano consecutivo, Engenheiro Agrônomo do Ano da Delegacia Regional de Botucatu da AEASP.

• O professor João Cardoso Palma Filho, afastado desde 1973 do campus de Presidente Prudente, "por implicações políticas", foi reintegrado à UNESP em setembro. Palma é o coordenador da CENP — Secretaria da Educação.

• O Grupo Brasileiro de Professores de Ortodontia e Odontopediatria, formado na sua maioria por docentes da FO, campus de Araraquara, irá promover nos dias 24 e 25 de outubro, o seu XVII Encontro, na cidade de Curitiba. A Diretoria do Grupo é formada pelos professores Tatsuko Sakima (presidente) e Adolpho Chelotti (vice-presidente). Informações na Rua 9 de Julho, 2340 — Cep. 14.800 — Araraquara.

Secretários da UNESP realizam 1º encontro

Foi realizado no dia 26 de setembro, no ILCSE, o 1º Encontro de Secretários da UNESP, que contou com aproximadamente duzentos participantes. Foram debatidos problemas específicos da categoria e houve uma conferência sobre "A Mulher na Constituinte" e duas mesas-redondas: "Secretária: mérito ou desmérito", com a participação de Regina da Penha, do departamento de pessoal da USP, e "A secretária no âmbito da UNESP", da qual participou o chefe de gabinete da Reitoria, professor Telmo Arrais.